PREGÃO ELETRÔNICO Nº *90008/2024*

**OBJETO**

REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO R$ 7.990.993,23**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

## Dia 08/10/2024 às 10:00h (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço por item, pelo valor anual por veículo.

**MODO DE DISPUTA:**

Aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS NÃO**

Sumário

1. [DO OBJETO 3](#_bookmark0)
2. [DO REGISTRO DE PREÇOS 3](#_bookmark1)
3. [DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 3](#_bookmark2)
4. [DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 5](#_bookmark8)
5. [DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA 7](#_bookmark12)
6. [DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO](#_bookmark13) [DE LANCES 9](#_bookmark13)
7. [DA FASE DE JULGAMENTO 12](#_bookmark14)
8. [DA FASE DE HABILITAÇÃO 14](#_bookmark15)
9. [DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 17](#_bookmark18)
10. [DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA 18](#_bookmark19)
11. [DOS RECURSOS 19](#_bookmark20)
12. [DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 19](#_bookmark21)
13. [DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 22](#_bookmark30)
14. [DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 23](#_bookmark31)

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2024

(Processo Administrativo n° 9900001871/2024)

Torna-se público que o MUNICÍPIO DE NITERÓI, por meio da Secretaria Municipal de Ordem Pública, sediado na Av. Craveiro Lopes nº 153, Barreto, inscrito no CNPJ sob o nº 28.521.748/0001-59, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm) do Decreto Municipal nº 14.730/2023, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

# DO OBJETO

O objeto da presente licitação é 188

A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

# DO REGISTRO DE PREÇOS

As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

# DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

* + 1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

Não poderão disputar esta licitação:

* + 1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
    2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
    3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
    4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
    5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
    6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
    7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
    8. agente público do órgão ou entidade licitante;
    9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
    10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
    11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art9§1)

O impedimento de que trata o item [3.1.5](#_bookmark6) será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens [3.1.3](#_bookmark4) e [3.1.4](#_bookmark5) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

O disposto nos itens [3.1.3](#_bookmark4) e [3.1.4](#_bookmark5) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm)

A vedação de que trata o item [3.1.9](#_bookmark7) estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

# DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens

[8.1.1](#_bookmark16) e [8.1.5](#_bookmark17) deste Edital.

No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

* + 1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
    2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7°, XXXIII, da Constituição](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm#art7);
    3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) [Federal](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm);
    4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art16).

O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006,](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm#art3) estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49,](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm#art42) observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art4§1) [4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art4§1)

A falsidade da declaração de que trata os itens [0](#_bookmark9) ou [0](#_bookmark10) sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm) [nº 14.133, de 2021,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm) e neste Edital.

Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

* + 1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
    2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

* + 1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
    2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item [0](#_bookmark11) possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

# DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1.*Valor unitário;* 5.1.2.Marca; 5.1.3.*Fabricante;*

* + 1. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de 75% do item.

Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

* + 1. O licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

* + 1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **180 (cento e oitenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.
    2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
    3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

# DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 20 (vinte) reais

O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os

licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

* + 1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
    2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
    3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
    4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
    5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006,](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm#art44) regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8539.htm)

* + 1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
    2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
    3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de

5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

* + 1. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

* + 1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art60) nesta ordem:
       1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
       2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
       3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
       4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
    2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
       1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
       2. empresas brasileiras;
       3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
       4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm#%3A~%3Atext%3DLEI%20N%C2%BA%2012.187%2C%20DE%2029%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202009.%26text%3DInstitui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20sobre%2CPNMC%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias) [de dezembro de 2009.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm#%3A~%3Atext%3DLEI%20N%C2%BA%2012.187%2C%20DE%2029%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202009.%26text%3DInstitui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20sobre%2CPNMC%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias)

Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

* + 1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
    2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
    3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
    4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
    5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
    6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

# DA FASE DE JULGAMENTO

Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art14) [Lei nº 14.133/2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art14), legislação correlata e no item [0](#_bookmark3) do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

* + 1. SICAF;
    2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
    3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm#%3A~%3Atext%3D%C3%A0s%20seguintes%20comina%C3%A7%C3%B5es%3A-%2CArt.%2Cn%C2%BA%2012.120%2C%20de%202009))

Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, *caput*](https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-3-de-26-de-abril-de-2018#art29))

* + 1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-3-de-26-de-abril-de-2018)).
    2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-3-de-26-de-abril-de-2018)).
    3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste edital.

Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.](https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-73-de-30-de-setembro-de-2022#art29)

Será desclassificada a proposta vencedora que:

* + 1. contiver vícios insanáveis;
    2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
    3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
    4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
    5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

* + 1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
       1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
       2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o

licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá́ ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

* + 1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
    2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

# DA FASE DE HABILITAÇÃO

Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art62).

* + 1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660,](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8660.htm) [de 29 de janeiro de 2016](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8660.htm), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

* + 1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico- financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por e-mail para [copli@administracao.niteroi.rj.gov.br](mailto:copli@administracao.niteroi.rj.gov.br) com devida assinatura eletrônica.

Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art63) [nº 14.133/2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art63)).

Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

* + 1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-3-de-26-de-abril-de-2018#art4)).

É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*](https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-3-de-26-de-abril-de-2018)).

* + 1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-3-de-26-de-abril-de-2018)).

A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

* + 1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 24 (vinte quatro) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
    2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa*](https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-73-de-30-de-setembro-de-2022)[*SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.](https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-73-de-30-de-setembro-de-2022)

A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

* + 1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
    2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art64), e [IN 73/2022, art.](https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-73-de-30-de-setembro-de-2022) [39, §4º](https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-73-de-30-de-setembro-de-2022)):

* + 1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
    2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão

fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação

e classificação.

Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem [8.1.5](#_bookmark17).

Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8538.htm#art4)).

Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

# DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 2 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

# DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

7.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

* + 1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
    2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

* + 1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
    2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

* + 1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
    2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

* + 1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
    2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

# DOS RECURSOS

A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art165) [2021.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art165)

O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

* + 1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
    2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
    3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
    4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art17§1) [14.133, de 2021,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art17§1) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico

[copli@administracao.niteroi.rj.gov.br.](mailto:copli@administracao.niteroi.rj.gov.br)

# DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

* + 1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
    2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
       1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
       2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
       3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
       4. deixar de apresentar amostra;
       5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
    3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
       1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
    4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
    5. fraudar a licitação
    6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
       1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
       2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
       3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
    7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
    8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm#art5).

Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm) a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

* + 1. advertência;
    2. multa;
    3. impedimento de licitar e contratar e
    4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Na aplicação das sanções serão considerados:

* + 1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
    2. as peculiaridades do caso concreto
    3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
    4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
    5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

* + 1. Para as infrações previstas nos itens [12.1.1,](#_bookmark22) [12.1.2](#_bookmark23) e [12.1.3,](#_bookmark24) a multa será de 15% do valor do contrato licitado.
    2. Para as infrações previstas nos itens [12.1.4](#_bookmark25), [12.1.5,](#_bookmark26) [12.1.6](#_bookmark27), [12.1.7](#_bookmark28) e [12.1.8](#_bookmark29), a multa será de 30% do valor do contrato licitado.

As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens [12.1.1](#_bookmark22), [12.1.2](#_bookmark23) e [12.1.3,](#_bookmark24) quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens [12.1.4](#_bookmark25), [12.1.5](#_bookmark26), [12.1.6](#_bookmark27), [12.1.7](#_bookmark28) e [12.1.8](#_bookmark29), bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens [12.1.1](#_bookmark22), [12.1.2](#_bookmark23) e [12.1.3](#_bookmark24) que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art156§5).

A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item [12.1.3](#_bookmark24), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades

e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.](https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-73-de-30-de-setembro-de-2022)

A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

# DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm) [14.133, de 2021,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm) devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: [copli@administracao.niteroi.rj.gov.br](mailto:copli@administracao.niteroi.rj.gov.br)

As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.1.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

# DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.niteroi.rj.gov.br](http://www.niteroi.rj.gov.br/).

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

* + 1. ANEXO I - Termo de Referência
       1. Apêndice A do Anexo I – Grafismo das Viaturas
    2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
    3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços
    4. ANEXO IV – Modelo da proposta de preços
    5. ANEXO V – Estudo Técnico Preliminar

Niterói, 20 de setembro de 2024.

Paulo Henrique Azevedo de Morais

## Secretário Municipal de Ordem Pública

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Serviço de locação de veículos VERSÃO 04/2024 - FINAL

1. **PROPÓSITO**

O presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer as condições para prestação de serviços de locação de veículos do tipo Hatch, Utilitários Van, Pick Up e Motocicletas, através de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Ordem Pública - SEOP e Entidades da Administração Pública do Município de Niterói, de acordo com as condições e especificações constantes neste Termo de Referência, no Edital e no que rege a Lei n° 14.133/2021.

## Justificativa da contratação

* + 1. Após avaliação realizada pela Diretoria Operacional, identificou-se que a demanda pelos serviços de locação de veículos constitui uma necessidade imperiosa para a SEOP, justificando-se a realização do presente registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos automotores pelas seguintes demais razões:

1. A nova realidade na área de segurança pública e ordenamento urbano, cujas demandas operacionais surgem e aumentam a cada dia, inclusive, no que tange a atuação em conjunto com outras forças por conta das cooperações de trabalho firmadas;
2. O aumento do número de Guardas Civis Municipais considerando os concursos públicos a serem realizados e, em especial, o que se encontra em andamento, o qual aumentará o número de guardas civis municipais;
3. O aumento de eficiência no reaparelhamento e renovação da frota, com enfoque na economicidade, tendo em vista a necessidade de aquisição de novos veículos;
4. As futuras novas demandas de serviços e atividades inerentes à área de Segurança Pública e ordenamento urbano e da ampliação do CPROEIS, com o consequente incremento da frota para realização e melhoria do desempenho das atividades a serem exercidas.;
5. O crescimento das demandas da população de Niterói por meio do Telefone 153, com o despacho de viaturas para o atendimento imediato; e,
6. O dinamismo da atuação da Guarda Civil Municipal no cumprimento de suas atribuições.
   * 1. Desta forma, para melhor atender as demandas da SEOP, para proporcionar maior racionalidade e padronização às compras públicas, optou-se pela utilização do Sistema de Registro de Preços por se tratar de demandas futuras, frequentes e parceladas.

## Instrumentos de planejamento

* + 1. A Secretaria Municipal de Ordem Pública tem a prerrogativa de tomar as diligências indispensáveis a fim de dotar de maior racionalidade e destreza os procedimentos administrativos para a contratação dos serviços necessários a execução dos serviços inerentes às suas atividades.
    2. A demanda levantada é baseada em projeções considerando as ações previstas para o objeto a ser licitado, levando em consideração durante a construção do presente, a necessidade de expansão do Programa CPROEIS, a ampliação da atuação do GCOPAV e aumento do efetivo da Guarda Municipal de Niterói. Desta forma, proporcionando uma maior capilaridade às atividades desempenhadas pela Secretaria Municipal de Ordem Pública - SEOP, com o objetivo de proporcionar um aumento significativo na sensação de segurança e na diminuição nos índices criminais.
    3. Buscando o acesso a proposta mais vantajosa, tem-se por esta licitação a oportunidade de a Administração perseguir e alcançar o princípio da economicidade, que pode ser obtida através de melhoria de Gestão, pelo aumento do poder de barganha, gerando um aperfeiçoamento na qualidade dos gastos públicos, aproximando as compras realizadas às práticas vigentes no mercado.
    4. Os serviços elencados têm sua importância técnica-operacional para o desenvolvimento hábil dos trabalhos desempenhados pela Secretaria Municipal de Ordem Pública do Município de Niterói, vez que foram definidos de forma a atender precisamente as necessidades identificadas, dotados de requisitos mínimos para a satisfação da expectativa da contratação, não sendo desarrazoados ou de luxo. Dessa forma, o presente fundamenta-se também, na homenagem aos princípios da eficiência, padronização, legalidade e os demais princípios que norteiam a Administração Pública.

## Objetivo da contratação

* + 1. A instituição do procedimento, visa preservar o caráter contínuo e ininterrupto das ações, bem como a qualidade dos serviços prestados, agindo de forma planejada com o fito de prevenir riscos de paralisação dos trabalhos e prejuízos ao Erário, por conta de variações ou interrupções no fornecimento de materiais que têm sua importância técnica e operacional, além de subsidiar a expansão progressiva de outros projetos. Ademais, convém esclarecer que a opção pela Locação, em detrimento da aquisição, tem como fundamento a economicidade da medida, na forma dos princípios regidos pela Lei 14.133/2021, isso porque os custos de manutenção são notoriamente dispendiosos, o que ocasionaria o sucateamento da frota, colocando em risco a execução da política pública.

1. **DESCRIÇÃO DO OBJETO**

## Definição sucinta do Objeto:

* + 1. O objeto deste procedimento é a contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos de serviço e utilitários, através de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, visando suprir as necessidades da SEOP e dos Órgãos da Administração Pública Municipal Participantes.
    2. Não haverá órgãos participantes devido a especificidade.

2.1.3 Os Códigos do ComprasGov dos objetos encontram-se na segunda coluna do item 2.2.

## Identificação dos itens, descrição e quantidades

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **COD. ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **QUANTI- DADES** |  | | **VALOR** | | |
| **UNIT.** | **TOTAL MENSAL** | | **VALOR ANUAL POR VEÌCULO** | **VALOR TOTAL POR 12 MESES** |
| **1**  VEÍCULO TIPO HATCH 1 | 4014 | **VEÍCULO HATCH** - Potência de 68 a 100 cv; capacidade para 05 (cinco) pessoas; bicombustível; quatro portas; direção hidráulica ou eletroassistida; injeção eletrônica; ar condicionado; cor branca;vidro elétrico nas portas dianteiras; trava elétrica; Alarme; jogo de tapetes; apoio nos bancos dianteiros e traseiros (configuração de fábrica); freios ABS com EBD; aibag duplo; banco do motorista com regulagem de altura; protetor de carter; sem motorista; sem combustível; assessórios obrigatórios: cintos de segurança três pontos, estepe, chave de roda, macaco e triângulo; KM livre; sirene eletrônica com amplificador, adequadamente instalada no cofre do motor, de no mínimo 100 W de potência 115 Db de pressão sonora constituída por unidade sonofletora única que deverá reproduzir três tons: sons - yelp; giroflex barra na cor rubi, com projeto aerodinâmico que permita visibilidade 360º , com baixo perfil e aparência discreta, equipada com módulos de LED, com fixação ao teto do veículo através de garras ajustáveis e sapatas de borracha, com terminal de controle e função DIMMER para controle da intensidade luminosa dos LEDS;  adesivados conforme a destinação, em padrão estabelecido pelo órgão interessado. | **42** | R$ 4.974,40 | R$ 208.924,59 | | **59.692,74** | R$ 2.507.095,08 |
| **2**  VEÍCULO UTILITÁRI O TIPO VAN | 4014 | VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO PARA 16  PASSAGEIROS - Potência de 130 cv ou superior; diesel; quatro portas; direção hidraulica ou eletroassistida; ar condicionado; cor branca; vidro elétrico nas portas dianteiras; trava elétrica; alarme; | **8** | R$ 19.897,88 | R$ 159.183,04 | | **238.774,56** | R$ 1.910.196,48 |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | apoio de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros (configuração de fábrica; jogo de tapetes; protetor de carter (se couber);freios ABS com EBD; aibag duplo; banco do motorista com regulagem de altura; sem motorista; sem combustível; assessórios obrigatórios: cintos de segurança três pontos, estepe, chave de roda, macaco e triângulo; KM livre; adesivados conforme a destinação, em padrão estabelecido pelo  órgão interessado. |  |  |  |  |  |
| **3**  VEÍCULO TIPO MOTOCIC LETA | 4014 | **MOTOCICLETA OFFROAD / TRAIL** -  250 Cilindradas; sem motorista; sem combustível; KM livre; cor branca; giro flex e sirenes instalados; adesivados conforme a destinação, em padrão estabelecido pelo órgão interessado. | **33** | R$ 1.860,31 | R$ 61.390,23 | **22.384,33** | R$ 738.682,76 |
| **4**  VEÍCULO UTILITÁRI O TIPO PICK UP | 4014 | **VEÍCULO TIPO PICK UP** - Potência de 170 cv ou superior, diesel, quatro portas, vidros elétricos; cor branca; direção hidráulica ou eletroassistida; injeção eletrônica; ar condicionado; trava elétrica; alarme; jogo de tapetes; apoio de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros (configuração de fábrica); freios ABS com EBD; airbag duplo; banco do motorista com regulagem de altura; acessórios obrigatórios: cinto de segurança de três pontas, estepe, chave de roda, macaco e triângulo; sem motorista; sem combustível; KM livre; sirene eletrônica com amplificador, adequadamente instalada no cofre do motor, de no mínimo 100 W de potência 115 Db de pressão sonora constituída por unidade sonofletora única que deverá reproduzir três tons:sons – help, wail e horn; giroflex barra na côr rubi, com projeto aerodinâmico que permita visibilidade 360º , com baixo perfil e aparência discreta, equipada com módulos de LED, com fixação ao teto do veículo através de garras ajustáveis e sapatas de borracha, com terminal de controle e função  DIMMER para controle da intensidade luminosa dos LEDS; adesivados conforme a | **17** | R$ 11.115,10 | R$ 188.956,62 | **133.381,14** | R$ 2.267.479,38 |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | destinação, em padrão estabelecido pelo órgão interessado, pino bola para reboque. |  |  | |  |  |  |
| **5**  VEÍCULO TIPO HATCH 2 | 4014 | **VEÍCULO HATCH** - Potência de 68 a 100 cv; capacidade para 05 (cinco) pessoas; biocombustível; quatro portas; direção hidráulica ou eletroassistida; injeção eletrônica; ar condicionado; cor branca; vidro elétrico nas portas dianteiras; trava elétrica; Alarme; jogo de tapetes; apoio nos bancos dianteiros e traseiros (configuração de fábrica); freios ABS com EBD; aibag duplo; banco do motorista com regulagem de altura; protetor de carter; sem motorista; sem combustível; rádio AM/FM CD Player; assessórios obrigatórios: cintos de segurança três pontos, estepe, chave de roda, macaco e  triângulo; KM livre. | **10** | R$ 3.489,50 | | R$ 34894,95 | **41.873,94** | R$ 418.739,40 |
| **6**  VEÍCULO TIPO MOTOCIC LETA | 4014 | **MOTOCICLETA OFFROAD / TRAIL -**  500 Cilindradas; sem motorista; sem combustível; KM livre; cor branca; giro flex e sirenes instalados; adesivados conforme a destinação, em padrão estabelecido pelo órgão interessado. | **4** | R$ 3100,00 | | R$ 12.400,00 | **37.200,00** | R$ 148.800,00 |
| **VALOR TOTAL ANUAL** | | |  | | **R$ 7.990.993,23** | | | |

* + 1. Além das especificações gerais constantes na tabela acima:
       1. Os veículos Pick Ups deverão se dotadas de Pino Bola para reboque.
       2. Os veículos deverão ser entregues caracterizados conforme Apêndice A.

## Informações complementares

* + 1. Os veículos locados deverão ser de propriedade da Contratada e ser disponibilizados registrados e licenciados no Estado do Rio de Janeiro.

2.3.2.1. A prestação de serviços continuados de locação de veículos do órgão gerenciador e dos órgãos participantes, objeto deste registro de preços, será prestado dentro do território de Niterói-RJ.

* + 1. Os veículos locados não terão franquia mensal.
    2. Os Níveis Mínimos de qualidade a serem observados estão estipulados neste Termo de Referência (Subitens 3.1.1; 3.1.2 e 3.11.1), cujas condições prezam pela manutenção da exequibilidade do contrato, considerando aspectos como a efetuação das tarefas realizadas, as

imobilizações e substituições efetuadas, entre outros, de forma que a qualidade do serviço prestado (inclusive as quantidades executadas) poderá ser controlada.

* + 1. A prestação e a medição dos serviços serão por período mensal.
    2. A ata terá vigência de 1 (um) ano.

## Definição da natureza do serviço

* + 1. O serviço objeto do presente procedimento licitatório caracteriza-se como serviço comum, a ser prestado de forma contínua e sem disponibilização de mão de obra pela Contratada.

## Valor Estimado da contratação

* + 1. O valor máximo global estimado dessa contratação é de R$ 7.990.993,23.
    2. O valor máximo unitário dessa contratação é de:
       1. - Item 1 - VEÍCULO TIPO HATCH: R$ 4.974,40
       2. - Item 2 - VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO VAN: R$ 19.897,88
       3. - Item 3 - VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA: R$ 1.860,31
       4. - Item 4 - VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICK UP: R$ 11.115,10
       5. - Item 5 - VEÍCULO TIPO HATCH 2: R$ 3.489,50
       6. - Item 6 - VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA: R$ 3.100,00

## O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

1. ID PCA no PNCP: 28521748000159-000001/2024
2. Data de publicação no PNCP: 24/05/2024;
3. Id do item no PCA: 486;
4. Classe/Grupo: 732 – Serviço leasing ou aluguel real acionados a outros bens;
5. Identificador da Futura Contratação: Sem informação.
6. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

## Forma de execução

* + 1. A execução da contratação se dará da seguinte forma:

1. **Prazo para entrega dos veículos do tipo Hatch** – Será de 90 (noventa) dias corridos, posteriores à data de publicação do extrato do termo contratual no Diário Oficial do Município de Niterói.
2. **Prazo para entrega dos veículos utilitários do tipo Van e Pick Up** – Será de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data da publicação do extrato do termo contratual no Diário Oficial do Município de Niterói.
3. **Prazo para entrega das motocicletas** - Será de 90 (noventa) dias corridos, posteriores à data de publicação do extrato do termo contratual no Diário Oficial do Município de Niterói.
4. **Locais, datas e horários de Execução –** A indicação dos locais, datas e horários de execução será definida por cada Contratante em momento oportuno.
   1. A CONTRATADA a deverá proceder a entrega dos veículos em local determinado pela CONTRATANTE, de acordo com a demanda informada pelos Órgãos Gerenciador, Participantes e Aderentes.
5. **Forma de execução dos serviços –** Considerando a natureza e condições do empreendimento, a execução será indireta, do tipo Empreitada por Preço Unitário.
   * 1. Somente em casos excepcionais, em que não seja possível cumprir os prazos estabelecidos nas alíneas ‘a’ e ‘b’ do item 3.1 ou em que haja necessidade imprescindível por parte do CONTRATANTE, será permitido, mediante acordo entre as partes, o fornecimento de veículos que tenham as mesmas especificações, nas condições da tabela abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| **CONDIÇÃO DO VEÍCULO** | **PERCENTUAL DO VALOR HOMOLOGADO A SER PAGO** |
| Zero - KM | 100% |
| Usado - Até 10.000 Km | 90% |
| Usado - Até 20.000 Km | 80% |

## Duração do contrato

* + 1. O Contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contada a partir de sua assinatura, podendo ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante termos aditivos, até o limite estabelecido, após a verificação da real necessidade e vantagens para a Administração em sua continuidade, conforme disposto no art. 106 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser alterado, exceto no tocante ao seu objeto.

## Reajuste de preços

3.2.2. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses, a contar da data do orçamento a que essa proposta se referir, para a correção dos valores pactuados no contrato, será adotado o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, na forma do que dispõe a Lei n.º 14.133/2021.

## Garantia

* + 1. Exigir-se-á da contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/2021, da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.
       1. A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.
       2. Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.
       3. Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 124 da Lei Federal n° 14.333/2021, a garantia deverá ser complementada no prazo de 78 (setenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

## Critérios e práticas de sustentabilidade

* + 1. Constituem diretrizes de sustentabilidade desta solução adotada, entre outras:

1. O uso de automóveis, equipamentos e acessório com menor impacto sobre recursos naturais (flora, fauna, solo, água, ar);
2. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
3. O uso de automóveis, equipamentos e acessórios com maior eficiência na utilização de recursos naturais, como água e energia;
4. Maior geração de empregos;
5. Manutenção do equilíbrio contratual; e
6. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais. – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

## Possibilidade de subcontratação

* + 1. Não será admitida a subcontratação.

## Possibilidade de participação de Consórcio

* + 1. Para o presente caso, não será admitida a participação de consórcio.

## Possibilidade de participação de Cooperativa

* + 1. Será admitida a participação de empresas constituídas sob a forma de cooperativas de trabalho.
  1. **RESPONSABILIDADES DAS PARTES**
     1. **RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:**
        1. Efetuar os pagamentos devidos a contratada, de acordo com as condições estabelecidas no Edital de Pregão; neste Termo de Referência (Anexo I do Edital); Formulário de Proposta de Preços e da Ata de Registro de Preços (Anexo III do Edital);
        2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA;
        3. Entregar documentos, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do presente contrato;
        4. Receber provisória e definitivamente o objeto, nas formas definidas no edital e no contrato, se houver;
        5. Arcar com as despesas de combustível, pedágio e estacionamento;
        6. O pagamento das multas de trânsito é de responsabilidade do condutor real infrator.
           1. A CONTRATADA, ao ser notificada de infração de trânsito relacionada aos veículos locados, encaminhará à CONTRATANTE, no prazo de 03 (três) dias úteis, a Notificação da Autuação, acompanhada do Formulário de Identificação do Condutor Infrator, para que seja apontado o real infrator, nos termos do art. 257 do CTB.
           2. No prazo de 10 (dez) dias corridos do recebimento da notificação de que trata o subitem 3.10.1.6.1., a CONTRATANTE encaminhará à CONTRATADA todos os dados necessários ao preenchimento do Formulário de Identificação do Condutor Infrator, acompanhados dos documentos exigidos pela Resolução CONTRAN nº 918/2022 ou legislação que a substitua.
           3. No prazo de 02 (dois) dias corridos do recebimento dos dados de que trata o subitem anterior, a CONTRATADA deverá realizar a indicação do real infrator ao órgão competente.
           4. A CONTRATADA apresentará em até 24 h ao CONTRATANTE prova de que realizou regularmente a indicação do real infrator ao órgão competente.
           5. Em caso de descumprimento pela CONTRATADA do procedimento fixado neste item, a mesma suportará, às suas expensas, o pagamento das multas relacionadas à autuação em questão.
        7. Arcar com as despesas decorrentes o mau uso do objeto, devendo esta ser devidamente comprovada pela CONTRATADA, com:
           1. Acionamento do seguro;
           2. Pagamento direto pela CONTRATANTE; ou,
           3. Ressarcimento à CONTRATADA:

1. Para reembolso das avarias, será utilizada a forma mais vantajosa à CONTRATANTE;
2. Em caso de avarias de média ou grande monta por culpa de condutores ou terceiros, a Contratada deverá enviar a CONTRATANTE, 3 (três) orçamentos para tentativa de ressarcimento junto ao terceiro, com o acionamento do seguro estipulado.

## Responsabilidades do Órgão Gerenciador:

* + - 1. A Secretaria Municipal de Ordem Pública será o **ÓRGÃO GERENCIADOR** e seus atos serão intermediados pela Subsecretaria Administrativa.
         1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços.
         2. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados.
         3. Publicar no Portal de Compras do Município de Niterói ou em outro meio disponível, os preços registrados e suas atualizações, para fins de orientação dos **ÓRGÃOS.**
         4. Gerir os pedidos de adesão dos órgãos e entidades não participantes da Ata de Registro de Preços e orientar os procedimentos dos **ÓRGÃOS ADERENTES.**
         5. Não caberão ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** atividades relacionadas à fiscalização e gestão dos contratos.
    1. **RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:**
       1. Conduzir os serviços de acordo com as normas e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do termo de referência, da proposta de preços e da legislação vigente.
       2. Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
       3. Responsabilizar-se pelo cumprimento de toda legislação vigente, incluindo o pagamento de taxas, impostos, emolumentos, multas e demais contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços, sem ônus para a CONTRATANTE.
       4. Facilitar a ação dos fiscais e gestores dos contratos, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação dos serviços em execução, e atendendo prontamente às observações e exigências apresentadas por eles.
       5. Atender com presteza às reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando a sua imediata correção, sem ônus para o CONTRATANTE.
       6. Comunicar ao fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis.
       7. Manter o sigilo sobre todo e qualquer assunto e documento que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa,
       8. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste contrato sem o consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.
       9. Autorizar, quando necessário, a instalação ou desinstalação de Unidade Veicular, para integração ou retirada do veículo no Sistema de Controle de Frota utilizado pelo Município de Niterói, sempre que um veículo for incluído ou excluído do fornecimento.
       10. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os veículos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento.
       11. Substituir, em qualquer tempo e sem qualquer ônus para o órgão ou entidade CONTRATANTE, toda ou parte da remessa devolvida pelo mesmo, no prazo de 5 (cinco) dia úteis, caso constatadas divergências nas especificações do veículo entregue, sujeitando-se às penalidades cabíveis.
       12. No caso da inutilização de algum veículo por acidente, legalização, manutenção ou por qualquer outra necessidade, será de responsabilidade da CONTRATADA fornecer um veículo reserva com as mesmas características do principal, com tanque cheio, no prazo máximo de 04 (quatro) horas. A devolução do veículo reserva somente ocorrerá após disponibilização do veículo principal, importando que o veículo reserva também será devolvido com tanque cheio.
       13. Os veículos reservas, de que trata o subitem anterior, deverão ser de propriedade da Contratada e ser disponibilizados registrados e licenciados no Estado do Rio de Janeiro.
       14. Será de total responsabilidade da CONTRATADA as despesas com o transporte/reboque dos veículos quando necessário, encargos previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, cabendo-lhe ainda, a inteira responsabilidade por quaisquer danos a terceiros, que após apuração constarem ser por negligência resultante da prestação do serviço.
       15. Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no contrato.
       16. Manter atualizados seu endereço, telefones e dados bancários para a efetivação de pagamentos.
       17. A falta de entrega de quaisquer dos veículos, cujo serviço de locação incumbir à CONTRATADA, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto de Contratos e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.
       18. Será também de responsabilidade da CONTRATADA os casos de avarias de menor monta ocorridas de forma involuntária, decorrentes do uso ou casos fortuitos, quando não ensejar a utilização dos serviços da seguradora.
       19. A CONTRATADA deverá regularmente efetuar manutenções preventivas e corretivas nos veículos, de acordo com as recomendações dos fabricantes, cujos custos correrão por conta da mesma.
       20. A CONTRATADA deverá enviar mensalmente, à CONTRATANTE, relatórios, por meio eletrônico, listando os serviços de manutenção preventiva e corretiva realizado sem cada veículo, incluindo data, horário, tipo de serviço e custo de realização.
           1. A CONTRATADA, ao ser notificada de infração de trânsito relacionada aos veículos locados, encaminhará à CONTRATANTE, no prazo de 03 (três) dias úteis, a Notificação da Autuação,

acompanhada do Formulário de Identificação do Condutor Infrator, para que seja apontado o real infrator, nos termos do art. 257 do CTB.

* + - * 1. No prazo de 10 (dez) dias corridos do recebimento da notificação de que trata o subitem 3.10.1.6.1., a CONTRATANTE encaminhará à CONTRATADA todos os dados necessários ao preenchimento do Formulário de Identificação do Condutor Infrator, acompanhados dos documentos exigidos pela Resolução CONTRAN nº 918/2022 ou legislação que a substitua.
        2. No mesmo prazo de 10 (dez) dias a contratante poderá encaminhar à contratada as razões de defesa em relação à autuação, que deverá ser protocolada pela contratada observando o procedimento estabelecido na Resolução CONTRAN nº 918/2022.
        3. No prazo de 02 (dois) dias corridos do recebimento dos dados de que trata o subitem anterior, a CONTRATADA deverá realizar a indicação do real infrator ao órgão competente.
        4. A CONTRATADA apresentará em até 24h ao CONTRATANTE prova de que realizou regularmente a indicação do real infrator ao órgão competente.
        5. Em caso de descumprimento pela CONTRATADA do procedimento fixado neste item, a mesma suportará, às suas expensas, o pagamento das multas relacionadas à autuação em questão.
      1. A CONTRATADA deverá manter pessoal capacitado a atender suas obrigações contratuais, indicando um representante para atuar de forma conjunta com o setor administrativo da SEOP, bem como disponibilizando números de telefones que atendam 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive nos finais de semana e feriados, a emergências e substituições de veículos, quando se fizerem necessárias; 3.10.3.22.1. A quilometragem deverá ser livre, ou seja, sem qualquer tipo de limitação pré-estabelecida;

3.10.3.22.2. A CONTRATADA deverá providenciar durante toda a execução do contrato a

aplicação de adesivos personalizados e a retirada deles, de acordo com as demandas da CONTRATANTE, conforme arte de adesivagem contidas no APÊNDICE A.

* + - 1. A CONTRATADA deverá respeitar as Resoluções, Normas e Instruções do Município e aceitar integralmente, os métodos de inspeção, verificação e controle dos veículos, adotados pela Fiscalização CONTRATANTE.
      2. A CONTRATADA deverá manter durante todo prazo da contratação, todas as autorizações e licenças, cabendo à CONTRATADA as renovações, substituições e demais providências relacionadas à sua atuação regular, competindo ao CONTRATANTE a sua adequada fiscalização.
      3. Cabe a contratada cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento;
      4. A CONTRATADA se responsabilizará, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços, até o seu término
      5. A CONTRATADA é a única e exclusiva responsável pelos ônus trabalhistas gerados por seus empregados, que porventura serão utilizados por força da execução do presente contrato.
      6. Em caso do ajuizamento de ações trabalhistas pelos empregados da CONTRATADA ou da verificação da existência de débitos previdenciários, decorrentes da execução do presente contrato pela CONTRATADA, com a inclusão do Município do Niterói no polo passivo como responsável subsidiário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o correspondente a três vezes o montante dos valores em cobrança, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência.

3.10.3.29 A retenção prevista será realizada na data do conhecimento pelo Município de Niterói da existência da ação trabalhista ou da verificação da existência de débitos previdenciários.

3.10.3.29 A retenção somente será liberada com o trânsito em julgado da decisão de improcedência dos pedidos ou do efetivo pagamento do título executivo judicial ou do débito previdenciário pela Adjudicatária.

* + - 1. Em não ocorrendo nenhuma das hipóteses previstas nos itens anteriores, o CONTRATANTE efetuará o pagamento devido nas ações trabalhistas ou dos encargos previdenciários, com o valor retido, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA.
      2. Ocorrendo o término do contrato sem que tenha se dado a decisão final da ação trabalhista ou decisão final sobre o débito previdenciário, o valor ficará retido e será pleiteado em processo administrativo após o trânsito em julgado e/ou o pagamento da condenação/dívida

## Fornecimento de serviços e materiais

* + 1. Serviços e materiais a serem disponibilizados:
       1. Os veículos a serem ofertados deverão seguir os parâmetros de eficiência estabelecidos na especificação dos veículos, conforme quadro inserido no subitem 2.2, criados a partir dos padrões de eficiência do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular – PBEV, do INMETRO.

3.11.1.2. Os veículos fornecidos deverão ser zero quilômetro, e ser substituídos quando atingirem 90.000 km rodados, ou em quilometragem inferior, a critério da CONTRATADA, mas sempre sem ônus para o CONTRATANTE e desde que este concorde expressamente.

3.11.1.3 Os veículos deverão possuir seguro contra colisão, roubo, furto, incêndio, responsabilidade civil e cobertura de terceiros, sendo danos materiais no valor de R$ 80.000,00 e danos corporais no valor de R$ 80.000,00, sem franquias e responsabilidades para o órgão CONTRATANTE, sendo aceito o autosseguro.

* + - 1. Os veículos serão disponibilizados com tanque cheio e, considerando que não está previsto o fornecimento de combustíveis, os veículos deverão ser devolvidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA com tanque cheio.
      2. A CONTRATADA será responsável pela instalação de equipamentos de telemetria e disponibilização das informações obtidas através desses equipamentos em sistema online e relatórios, seguindo as especificações abaixo:

1. Disponibilizar mapa digital da região de Niterói e do estado do Rio de Janeiro;
2. Exibir posicionamento dos veículos no mapa em períodos especificados;
3. Permitir cadastramento de grupos de veículos (exemplo: por órgão);
4. Permitir ativação do recurso de visualização de posicionamento para grupos de veículos;
5. Exibir relatório de posicionamento com data, hora e endereço (incluindo logradouro, cidade e UF) e velocidade;
6. Permitir definição da região de circulação autorizada e controle da saída da região;
7. Disponibilizar a informação do tempo gasto e velocidade desenvolvida nos percursos;
8. Exibir informações de status do veículo, incluindo: parado, em movimento e desligado;
9. Exibição de relatórios de itinerários percorridos;
10. Cadastro de até cinco perfis de acesso via web às informações em tempo real para o CONTRATANTE;
11. Armazenar, constantemente, informações históricas.
12. **REQUISITOS MÍNIMOS PARA EXECUÇÃO**

## Qualificação Técnica

* 1. Para fins de comprovação da qualificação técnica, deverão ser apresentados um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão pertinente e compatível em características, qualidades, quantidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência.
  2. Os atestados tratados neste subitem deverão testemunhar a respeito da execução de serviços da mesma natureza pertinente e compatível em características, qualidades, quantidades e prazos ao objeto, compreendendo a disponibilização e gestão de veículos locados.
  3. A aptidão técnico-operacional deverá ser demonstrada pela execução pretérita de, no mínimo, 15% (quinze por cento) do quantitativo total estipulado para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, referente ao(s) item(ns) arrematado (os).
  4. Poderá ser apresentado mais de um atestado de capacidade técnica, sendo aceito o seu somatório, ficando dispensada a obrigatoriedade de comprovação de execução concomitante ou em período aproximado do objeto.
  5. Os atestados apresentados pelo proponente deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
  6. Os atestados deverão indicar nome, função, endereço, telefone ou e-mail de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio para eventual contato pelo ÓRGÃO

GERENCIADOR.

* 1. Os atestados deverão trazer a informação das quantidades, prazos e características dos serviços prestados de maneira clara e objetiva.

## Autorizações e Licenças Necessárias para a Execução do Objeto

* + 1. Os serviços deverão ser prestados observando-se, em especial, os seguintes dispositivos:
       1. A Lei n° 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro;
       2. As normas expedidas pelo Departamento Nacional de Trânsito;
       3. As normas expedidas pelo Departamento Estadual de Trânsito do Rio de Janeiro;
       4. As normas expedidas pelos Órgãos de Medição e Controle;
       5. As normas expedidas pelos demais Órgãos, fora do âmbito do Poder Municipal e Estadual do Rio de Janeiro, que versam sobre a matéria; e
       6. Estudos técnicos e orientações pertinentes à matéria.

1. **GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

## Agentes que participarão da gestão do contrato

* + 1. Os procedimentos de gestão da fiscalização, assim como a designação dos servidores para tal fim, serão de responsabilidade de cada CONTRATANTE.
       1. Deverá ser indicado formalmente pela CONTRATADA um Preposto, autorizado a tratar com o Órgão ou Entidade Contratante a respeito de todos os aspectos que envolvam a execução do contrato.
    2. A CONTRATADA se obriga a cumprir fiel e integralmente as exigências que venham a ser feitas pelos servidores designados que terão plenos poderes para:
       1. Recusar o objeto ou parte dele quando estiver em desacordo com as discriminações do objeto.
       2. Propor as medidas que couberem a cada situação não prevista.

## Mecanismos de comunicação a serem estabelecidos

* + 1. Quaisquer entendimentos, sempre respeitando o conteúdo do contrato deste serviço, entre o Fiscal ou o Gestor do Contrato e o Preposto da CONTRATADA serão feitos sempre por escrito, não sendo consideradas alegações com fundamento em ordens ou declarações verbais.

## Fiscalização da execução do serviço

5.13.1. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

* + 1. Conforme inadimplências e irregularidades apuradas pela fiscalização, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA penalidades e sanções administrativas, conforme a Lei nº 14.133/2021, garantida a prévia e ampla defesa, com os instrumentos recursais a elas inerentes, nos moldes do art. 87 da Lei nº 14.133/2021.
    2. A CONTRATADA deverá enviar, mensalmente, relatórios constando as datas e serviços de manutenção realizados, bem como os relatórios relativos ao serviço de telemetria.
    3. A CONTRATADA deverá respeitar as Resoluções, Normas e Instruções do Município de Niterói e aceitar integralmente, os métodos e processos de inspeção, verificação e controle de veículos, adotados pela Fiscalização do CONTRATANTE.
    4. **Sanções Administrativas:** os licitantes, adjudicatários ou contratados inadimplentes estarão sujeitos às penalidades previstas no Art. 87 da Lei n° 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

## Recebimento provisório e definitivo do objeto

* + 1. Executado o contrato, o seu objeto será recebido na forma prevista no Artigo 140, da Lei 14.133/2021.
    2. O objeto do contrato será recebido nas seguintes condições:
       1. Acompanhado de Recibo Provisório, após parecer circunstanciado, que deverá ser elaborado pelos fiscais designados por cada Órgão CONTRATANTE conforme do artigo 21, inciso VI, do Decreto Municipal nº 14.730/2023, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas úteis após a entrega dos veículos.
       2. Acompanhado de Recibo Definitivo, mediante verificação da adequação dos veículos ao que está previsto nas especificações, depois de decorrido o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, para permitir a observação e a vistoria necessárias para confirmar o exato cumprimento das obrigações contratuais.

## Pagamento

* + 1. Os pagamentos serão realizados mensalmente pelos ÓRGÃOS de acordo com os contratos assinados por cada um deles, considerando as quantidades e valores dos itens faturados.
    2. As faturas e demais documentos relativos ao recebimento e pagamento deverão ser atestados por dois Servidores, designados para a fiscalização do contrato e nas condições estabelecidas pelo Decreto Municipal n° 14.730/2023.
    3. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.
    4. O contrato deverá ser assinado no prazo de 30 (trinta) dias.

1. **JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E CRITÉRIOS DE PREÇOS**
   1. O Julgamento e a Classificação das propostas serão realizados pelo critério do Menor Preço por Item, em conformidade com o artigo 33, inciso I, da Lei n° 14.133/2021, sendo, portanto, o menor preço unitário de cada um dos itens vistos no Quadro do subitem 2.2 conforme o critério de aceitabilidade de preços (vide subitem 6.2).
   2. O critério de aceitabilidade de preços, será feito através do valor do preço máximo (estimado) unitário de cada um dos Itens a serem licitados, conforme relação do subitem 2.2, deste Termo de Referência.
   3. As propostas terão validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos termos da Lei 14.133/2021.
2. **FASE DE HABILITAÇÃO**
   1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-

financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

* 1. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
  2. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
  3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
  4. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
  5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por e-mail para [copli@administracao.niteroi.rj.gov.br](mailto:copli@administracao.niteroi.rj.gov.br) com devida assinatura eletrônica.
  6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
  7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
  8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
  9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
  10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
  11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º,

§1º, e art. 6º, §4º).

* 1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
  2. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
  3. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
  4. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 24 (vinte quatro) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
  5. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
  6. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
  7. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
  8. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
  9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
  10. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
  11. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
  12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
  13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.
  14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
  15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
  16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

1. **RELAÇÃO DOS APÊNDICES A ESTE TERMO:**

**Apêndice A:** Arte de adesivagem.

## Niterói, 18 de setembro de 2024.

## Responsável pela elaboração.

**ASSESSORA B**

Julia Rafaella Edilena Burton Furtado

## Matrícula 1245.994-0

## Aprovo e autorizo.

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA**

Paulo Henrique Azevedo de Moraes



APÊNDICE A

strobo

Área em cor refletiva

Aplicar película UV 11X9

Área em cor refletiva

giroflex

28X37

5X42 11X9

strobo



**130/000**

Sirene

**153**

Área em cor refletiva 16X65

strobo

Altura 5cm



**153**

8X49

strobo

Aplicar película UV 11x9



6X57

34X21,5

Área em cor refletiva

16X65

strobo

Altura 5cm



**153**

8X49

11x9

Aplicar película UV



Seguir ate o vinco

4cm

45x37cm

36x30cm

Fonte: Arial (negrito) 8x21,5cm

8x30cm

Fonte: Arial (negrito) 8x30cm

FoAntlet:uArraial 8(ncegmrito)

11x23cm

## 130/000

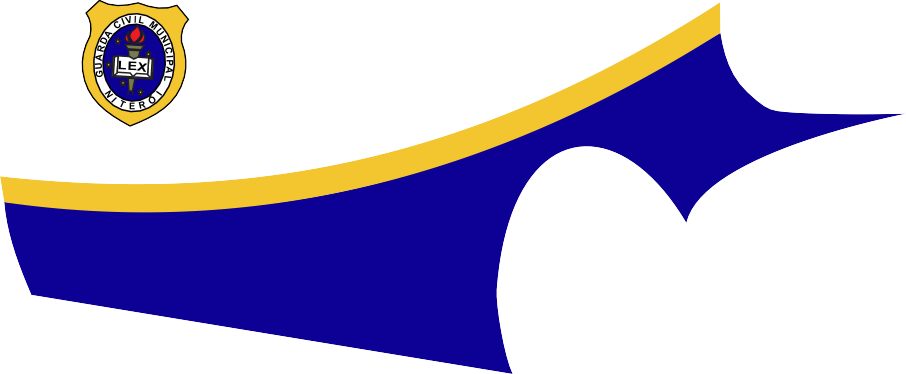
**xxxxx**

**153 130/000**

PREFEITURA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA**

145x13cm Fonte: Arial (negrito)



**GUARDA CIVIL MUNICIPAL**

TRÂNSITO

CASS CMA

PATRULHA ESCOLAR CAT

Faixa Tinta Refletiva largura 5 cm

Faixa Tinta Refletiva largura 5 cm

Seguir ate o vinco do porta mala, subir um pouco na lateral

36x30cm

Fonte: Arial (negrito)

Fonte: Arial (negrito) 8x30cm

Fonte: Arial (negrito)

13X26cm

8x21,5cm

8x30cm

11x23cm

**130/000 153 130/000**

**FIPO**

PREFEITURA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA**



7,5cm

Faixa Tinta Refletiva largura 4 cm

7,5cm

Faixa Tinta Refletiva largura 4 cm



Seguir ate o vinco

7,5cm

4cm

**FIPO**

45x37cm

Fonte: Arial (negrito) 8X28cm

**SEOP**

Fonte: Arial (negrito) 8x21,5cm

## 130/000

**SEOP 153**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA**



35x35 cm

3x55cm

4,00cm

7,50 cm

16,50 cm

Centralizado entre a maçaneta e o vão da porta 11X35cm

Fonte Arial (Negrito)

**SEOP**

50x50cm

3x55cm



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA**

Fonte: Arial (negrito) 8X28cm

**SEOP**

Fonte: Arial (negrito) 22x80

centralizado no vidro traseiro

35x35 cm

**130/000**

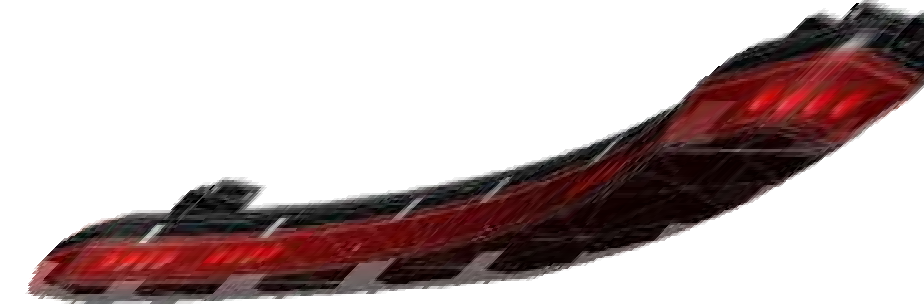
**SEOP**

**SEOP 153**

**130/000**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA**



3x40cm

35x35 cm

7,50cm 4,00cm

16,50cm

3X40cm Fonte Arial (Negrito)

Fonte: Arial (negrito) 8x21,5cm



Seguir ate o vínculo aproximado 16,50cm

7,50cm 4,00cm

**GECOPAV**

50x50cm

**GECOPAV**

Fonte: Arial (negrito) 8x21,5cm

**GECOPAV 153**



35x35 cm

4,00cm

7,50 cm

16,50 cm

Centralizado entre a maçaneta e o vão da porta 11X38cm

Fonte Arial (Negrito)

Centralizado entre a maçaneta e o vão da porta

11X38cm

Fonte Arial (Negrito)

Fonte: Arial (negrito) 8x21,5cm

Fonte: Arial (negrito) 20x100cm centralizado no vidro traseiro

**GECOPAV**

35x35 cm

**GECOPAV**

**GECOPAV 153**



35x35 cm

4,00cm

7,50cm

16,50cm

Fonte: Arial (negrito) 8x28cm

36x30cm

Centralizado entre a

Fonte: Arial (negrito) 8x21,5cm

maçaneta e o vão da porta 8x40cm

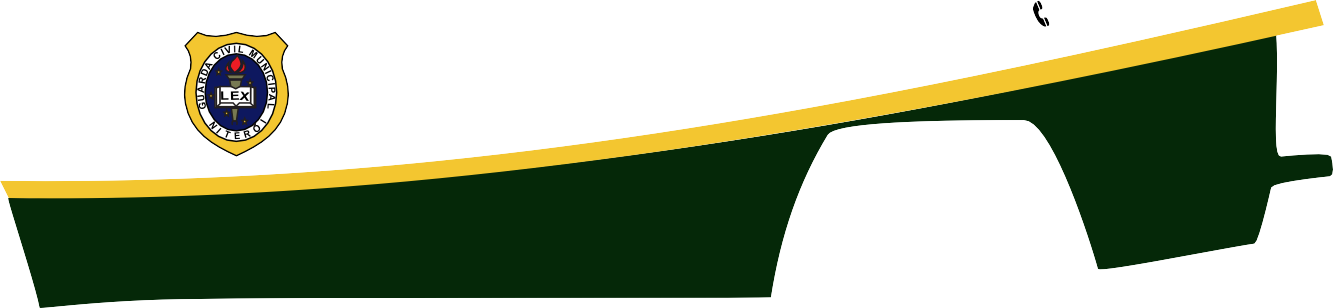
## 130/000

**PATRULHA**

**AMBIENTAL**

**153**

**GUARDA CIVIL MUNICIPAL**



Texto Tinta Refletiva 13x145cm

Fonte: Arial (negrito)

Faixa Tinta Refletiva Largura 5cm

Fonte: Arial (negrito) 8x28cm

36x30cm

Centralizado entre a

Fonte: Arial (negrito) 8x21,5cm

maçaneta e o vão da porta 8x36cm 8x26cm

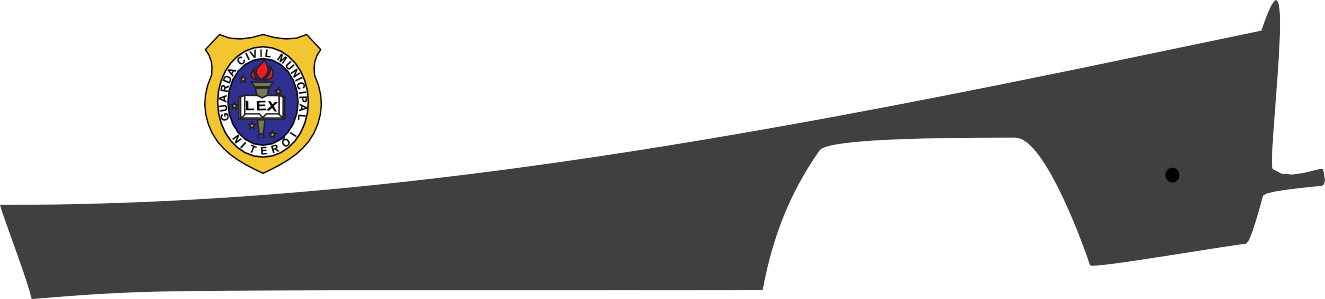
## 130/000

**AÇÕES TÁTICAS**

**153**

**GUARDA CIVIL MUNICIPAL**

Texto Tinta Refletiva 13x145cm



Fonte: Arial (negrito)

Faixa Tinta Refletiva largura 5 cm

PRETO 90% C:0 M: 0 Y:0 K:90

**130/000**

**E**

**I**

**L**

**T**

**M**

**I**

**U**

**N**

**N**

**I**

**C**

**I**

**P**

**AL**

**G**

**U**

**A**

**R**

**D**

**A**

**I**

**C**

**O**

**I**

**V**

**R**

Fonte: Arial (negrito) 8x28cm

36x30cm

**AÇÕES**

**TÁTICAS**

**I S**

**C**

**A**

**C**

**U**

**S**

**R**

Fonte: Arial (negrito) 22x57cm centralizado no vidro traseiro

**CAT**

**153 130/000**

11x23cm

**AÇÕES**

**CAT**

**TÁTICAS**

PREFEITURA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA**

**Ç**

**Õ**

**E**

**S**

**T**

**Á**

**T**

**O**

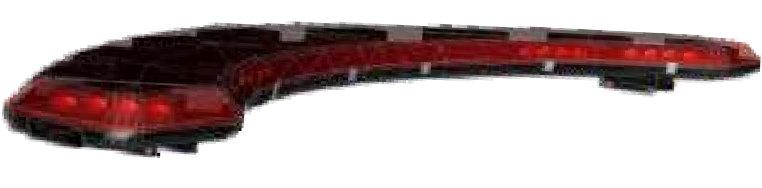
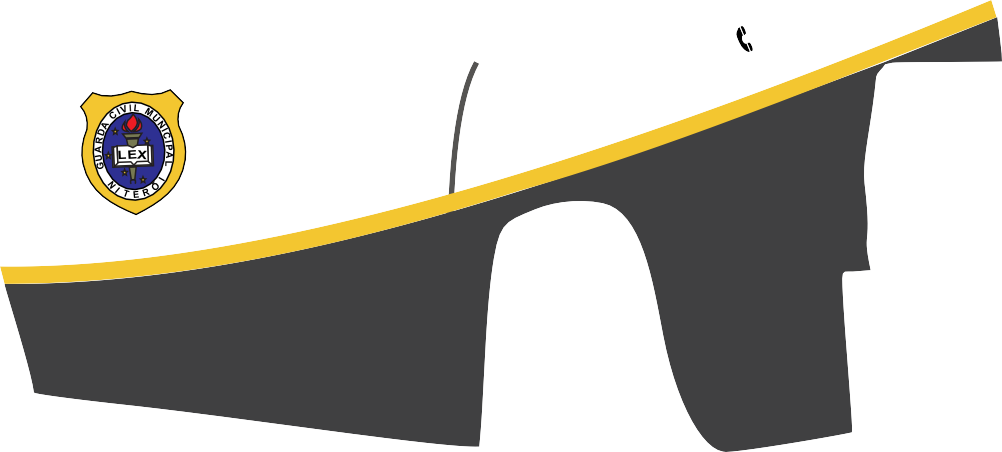
**D**

**E**

**A**

**GUARDA CIVIL MUNICIPAL**

Texto Tinta Refletiva 13x145cm



Fonte: Arial (negrito)

Centralizado entre a maçaneta e o vão da porta 8x26cm(ações); 8x36cm(táticas)

Fonte: Arial (negrito) 8x21,5cm

18x30cm

**130/000**

Fonte: Arial (negrito) 8x28cm

36x30cm

**PATRULHA**

**AMBIENTAL**

Fonte: Arial (negrito) 22x57cm centralizado no vidro traseiro

**CMA**

**153 130/000**

**CMA**

11x23cm

PREFEITURA

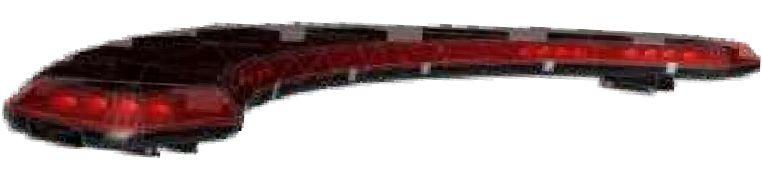
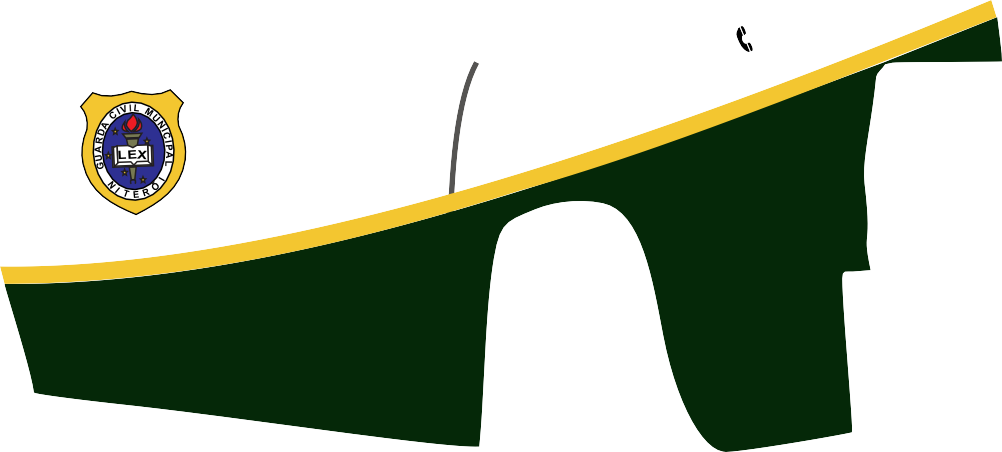
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA**

**PATRULHA**

**AMBIENTAL**

**GUARDA CIVIL MUNICIPAL**

Texto Tinta Refletiva 13x145cm



Fonte: Arial (negrito)

centralizado entre a

maçaneta e o vão da porta 8x40cm

Fonte: Arial (negrito) 8x21,5cm

18x30cm

Seguir ate o vinco 4cm 7,5cm

45x37cm



**PATRULHA AMBIENTAL**

Fonte: Arial (negrito)

Altura de 8cm (Centralizado no capu, abaixo do logotipo)

Seguir ate o vinco

7,5cm

4,00cm

45x37cm



**AÇÕES TÁTICAS**

Fonte: Arial (negrito)

Altura de 8cm (Centralizado no capu, abaixo do logotipo)

Aplicar película UV 45x37cm



Faixa Tinta Refletiva largura 5 cm

Texto Tinta Refletiva Fonte: Arial (negrito) 9x22cm

Aplicar película UV 36x30cm

Faixa Tinta Refletiva largura 5 cm

Giroflex

Fonte: Arial (negrito) 8x28cm

**GUARDA CIVIL MUNICIPAL**

**130/000**

**153**

Texto Tinta Refletiva 13x145cm



Fonte: Arial (negrito)

King blue royal

Faixa Tinta Refletiva largura 5 cm

King blue royal

Texto Tinta Refletiva 13x145cm

Fonte: Arial (negrito)



Faixa Tinta Refletiva largura 5 cm

**GUARDA CIVIL MUNICIPAL**

11x23cm

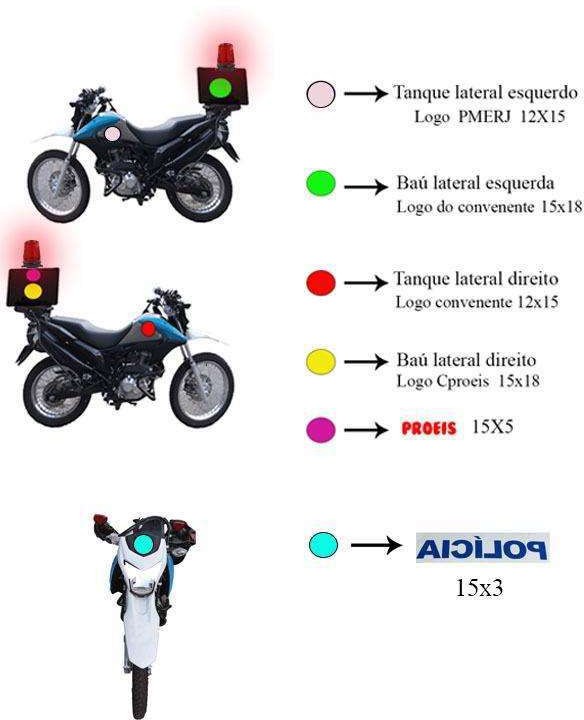
Fonte: Arial (negrito) 8x28cm

PREFEITURA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA**

**130/000**





**EXEMPLOS DE VIATURAS EM CONFORMIDADE COM O PADRÃO DE GRAFISMO:**













**MINUTA DE CONTRATO**

## Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

(Processo Administrativo n° 9900001871/2024.)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ......../2024, QUE FAZEM ENTRE SI MUNICÍPIO DE NITERÓI, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA, E A EMPRESA

.............................................................

O MUNICÍPIO DE NITERÓI, por meio da Secretaria Municipal de Ordem Pública, sediado na Av. Craveiro Lopes nº 153, Barreto, inscrito no CNPJ sob o nº 28.521.748/0001-59, neste ato representado pelo Secretário de Ordem Pública, Paulo Henrique Azevedo de Moraes, portador da matrícula funcional nº 1242947-0, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa

.............................., *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ............................, sediado(a) na*

..................................., *em* ............................. doravante designado CONTRATADO, *neste ato*

*representado(a) por* .................................. (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa* ***OU*** *procuração apresentada nos autos,* tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de

2021, no Decreto Municipal 14.730/2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico n° /2024*, mediante as cláusulas e condições

a seguir enunciadas.

## CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92))

* 1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de locação de veículos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
  2. Objeto da contratação:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **COD. ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **DESCRIÇÃO** | **QUANTIDADE** | **VALOR** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **1** | 4014 | VEÍCULO TIPO HATCH 1 | **VEÍCULO HATCH** - Potência de 68 a 100 cv; capacidade para 05 (cinco) pessoas; bicombustível; quatro portas; direção hidráulica ou eletroassistida; injeção eletrônica; ar condicionado; cor branca;vidro elétrico nas portas dianteiras; trava elétrica; Alarme; jogo de tapetes; apoio nos bancos dianteiros e traseiros (configuração de fábrica); freios ABS com EBD; aibag duplo; banco do motorista com regulagem de altura; protetor de carter; sem motorista; sem combustível; assessórios obrigatórios: cintos de segurança três pontos, estepe, chave de roda, macaco e triângulo; KM livre; sirene eletrônica com amplificador, adequadamente instalada no cofre do motor, de no mínimo 100 W de potência 115 Db de pressão sonora constituída por unidade sonofletora única que deverá reproduzir três tons: sons  - yelp; giroflex barra na cor rubi, com projeto aerodinâmico que permita visibilidade 360º , com baixo perfil e aparência discreta, equipada com módulos de LED, com fixação ao teto do veículo através de garras ajustáveis e sapatas de borracha, com terminal de controle e função DIMMER para controle da intensidade luminosa dos LEDS; adesivados conforme a destinação, em padrão  estabelecido pelo órgão interessado. | 42 | R$ |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **2** | 4014 | VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO VAN | VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO PARA 16 PASSAGEIROS -  Potência de 130 cv ou superior; diesel; quatro portas; direção hidraulica ou eletroassistida; ar condicionado; cor branca; vidro elétrico nas portas dianteiras; trava elétrica; alarme; apoio de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros (configuração de fábrica; jogo de tapetes; protetor de carter (se couber);freios ABS com EBD; aibag duplo; banco do motorista com regulagem de altura; sem motorista; sem combustível; assessórios obrigatórios: cintos de segurança três pontos, estepe, chave de roda, macaco e triângulo; KM livre; adesivados conforme a destinação, em padrão estabelecido pelo órgão  interessado. | 8 | R$ |
| **3** | 4014 | VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA | **MOTOCICLETA OFFROAD**  **/ TRAIL** - 250 Cilindradas; sem motorista; sem combustível; KM livre; cor branca; giro flex e sirenes instalados; adesivados conforme a destinação, em padrão estabelecido pelo órgão interessado. | 33 | R$ |
| **4** | 4014 | VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICK UP | **VEÍCULO TIPO PICK UP** -  Potência de 170 cv ou superior, diesel, quatro portas, vidros elétricos; cor branca; direção hidráulica ou eletroassistida; injeção eletrônica; ar condicionado; trava elétrica; alarme; jogo de tapetes; apoio de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros (configuração de  fábrica); freios ABS com EBD; airbag duplo; banco do | 17 | R$ |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  | motorista com regulagem de altura; acessórios obrigatórios: cinto de segurança de três pontas, estepe, chave de roda, macaco e triângulo; sem motorista; sem combustível; KM livre; sirene eletrônica com amplificador, adequadamente instalada no cofre do motor, de no mínimo 100 W de potência 115 Db de pressão sonora constituída por unidade sonofletora única que deverá reproduzir três tons:sons – help, wail e horn; giroflex barra na côr rubi, com projeto aerodinâmico que permita visibilidade 360º , com baixo perfil e aparência discreta, equipada com módulos de LED, com fixação ao teto do veículo através de garras ajustáveis e sapatas de borracha, com terminal de controle e função DIMMER para controle da intensidade luminosa dos LEDS; adesivados conforme a destinação, em padrão estabelecido pelo órgão interessado, pino bola para  reboque. |  |  |
| **5** | 4014 | VEÍCULO TIPO HATCH 2 | **VEÍCULO HATCH** - Potência de 68 a 100 cv; capacidade para 05 (cinco) pessoas; biocombustível; quatro portas; direção hidráulica ou eletroassistida; injeção eletrônica; ar condicionado; cor branca; vidro elétrico nas portas dianteiras; trava elétrica; Alarme; jogo de tapetes; apoio  nos bancos dianteiros e traseiros (configuração de fábrica); freios | 10 | R$ |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  | ABS com EBD; aibag duplo; banco do motorista com regulagem de altura; protetor de carter; sem motorista; sem combustível; rádio AM/FM CD Player; assessórios obrigatórios: cintos de segurança três pontos, estepe, chave de roda, macaco e triângulo; KM livre. |  |  |
| **6** | 4014 | VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA | **MOTOCICLETA OFFROAD**  **/ TRAIL -** 500 Cilindradas; sem motorista; sem combustível; KM livre; cor branca; giro flex e sirenes instalados; adesivados conforme a destinação, em  padrão estabelecido pelo órgão interessado. | 4 | R$ |

* 1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
     1. O Termo de Referência;
     2. O Edital da Licitação;
     3. A Proposta do contratado;
     4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

* 1. *O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura de contrato,, prorrogável por até 10 anos, na forma dos* [*artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.*](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art106)
  2. *A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:*
     1. *Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*
     2. *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*
     3. *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*
     4. *Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;*
     5. *Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.*
  3. *O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*
  4. *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*
  5. *Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.*
  6. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

## CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92)

* 1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

* 1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92))

* 1. *O valor mensal da contratação é de R$ .......... (.....), perfazendo o valor total de R$ ....... ( ).*
  2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
  3. O valor acima é estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos, que serão pagos mensalmente mediante a apresentação de relatório de medição que deve ser confeccionado, posteriormente, de acordo com a utilização.

## CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92))

* 1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92))

* 1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em  */ / (DD/MM/AAAA)*.
  2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice de preços no consumidor) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
  3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
  4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
  5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
  6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
  7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
  8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE [(art. 92, X, XI e XIV](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92))

* 1. São obrigações do Contratante:
  2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
  3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
  4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
  5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
  6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
  7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
  8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
  9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
  10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
      1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
  11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
  12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
  13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art93§2)
  14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92))

* 1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
  2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
  3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
  4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art137) [137, II](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art137)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
  5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e

utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

* 1. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
  2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm)), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
  3. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art48);
  4. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

* 1. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
  2. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
  3. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
  4. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
  5. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
  6. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
  7. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
  8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
  9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
  10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art116));
  11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art116) [parágrafo único](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art116));
  12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
  13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art124) [124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art124);
  14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
  15. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no seguinte local Av. Presidente Craveiro Lopes, 153, Barreto – Niterói – RJ, Cidade da Ordem Pública.
  16. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
  17. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

**CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

* 1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
  2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm#art6)
  3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
  4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
  5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD,](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm#art15) é dever do contratado eliminá- los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD,](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm#art16) incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
  6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
  7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
  8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
  9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
  10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
      1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
  11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
  12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm#art26§1) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92))

* 1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.
  2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
  3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
  4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item [11.5](#_bookmark32) deste contrato.
  5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
  6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
     1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
     2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
     3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
  7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item [11.611.6,](#_bookmark33) observada a legislação que rege a matéria.
  8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
  9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
  10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do [artigo 827 do Código Civil.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm#art827)
  11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
  12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.
  13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
      1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art137§4)).
      2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022.](https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/circular-susep-n-662-de-11-de-abril-de-2022-392772088#art20)
  14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
  15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
  16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
  17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.
  18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92))

* 1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm) o contratado que:

1. der causa à inexecução parcial do contrato;
2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
3. der causa à inexecução total do contrato;
4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
   1. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
9. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art156§2));
10. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art156§4));
11. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art156§5) [14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art156§5)).
12. **Multa** Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
    1. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art156§9))
    2. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art156§7)).
       1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art157))
    3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art156§8) [14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art156§8)).
    4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
    5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art158), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
    6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art156§1)):
13. a natureza e a gravidade da infração cometida;
14. as peculiaridades do caso concreto;
15. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
16. os danos que dela provierem para o Contratante;
17. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
    1. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei (art. 159](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art159)).
    2. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art160) [14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art160))
    3. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art161))
    4. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art163)
    5. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total

ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-26-de-13-de-abril-de-2022).

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92))

* 1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
  2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
  3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
  4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92))

* 1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
     1. FONTE: 1.704.
     2. PROGRAMA DE TRABALHO: 190106.181.0131.6187.
     3. NATUREZA DA DESPESA: 339039.
     4. REDUZIDO: 19058.
  2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92))

* 1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm) [14.133, de 2021,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm) e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm) – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

* 1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art124) [14.133, de 2021.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art124)
  2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
  3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
  4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art136).

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

* 1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art94) bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º,](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm#art8§2) [da Lei n. 12.527, de 2011,](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm#art8§2) c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm#art7§3)
  2. Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no veículo de publicação dos atos oficiais do Município, correndo os encargos por conta do CONTRATANTE, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.
  3. O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92§1))

* 1. Fica eleito o Foro da Cidade de Niterói para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92§1) [Lei nº 14.133/21.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92§1)

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

Paulo Henrique Azevedo de Morais **Secretário Municipal de Ordem Pública** CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

*TESTEMUNHAS:*

*1-*

*2-*

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** *SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA* ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º .........

O MUNICÍPIO DE NITERÓI, por meio da Secretaria Municipal de Ordem Pública, sediado na Av. Craveiro Lopes nº 153, Barreto, inscrito no CNPJ sob o nº 28.521.748/0001-59, neste ato representado pelo Secretário de Ordem Pública, Paulo Henrique Azevedo de Moraes, portador da matrícula funcional nº 1242947-0, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº

......./202..., publicada no ...... de ...../...../202. , processo administrativo nº 9900001871/2024

RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n.º 14.730/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

* + 1. **DO OBJETO**
       1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de serviço de locação de veículos especificado no item 2 do Termo de Referência, Anexo *I do edital de Licitação nº /2024*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços

tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

* + 1. **DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**
       1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Item do TR | Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)* | | | |
| Especificação | Quantidade  Mínima | Quantidade  Máxima | Valor Un |
| **1** | **VEÍCULO HATCH** - Potência de 68 a 100 cv; capacidade para 05 (cinco) pessoas; bicombustível;  quatro portas; direção hidráulica ou | 20 | 42 |  |



|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | eletroassistida; injeção eletrônica; ar condicionado; cor branca;vidro elétrico nas portas dianteiras; trava elétrica; Alarme; jogo de tapetes; apoio nos bancos dianteiros e traseiros (configuração de fábrica); freios ABS com EBD; aibag duplo; banco do motorista com regulagem de altura; protetor de carter; sem motorista; sem combustível; assessórios obrigatórios: cintos de segurança três pontos, estepe, chave de roda, macaco e triângulo; KM livre; sirene eletrônica com amplificador, adequadamente instalada no cofre do motor, de no mínimo 100 W de potência 115 Db de pressão sonora constituída por unidade sonofletora única que deverá reproduzir três tons: sons - yelp; giroflex barra na cor rubi, com projeto aerodinâmico que permita visibilidade 360º , com baixo perfil e aparência discreta, equipada com módulos de LED, com fixação ao teto do veículo através de garras ajustáveis e sapatas de borracha, com terminal de controle e função DIMMER para controle da intensidade  luminosa dos LEDS; adesivados |  |  |  |



|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | conforme a destinação, em padrão estabelecido pelo órgão  interessado. |  |  |  |
| **2** | **VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO PARA 16**  **PASSAGEIROS** - Potência de 130 cv ou superior; diesel; quatro portas; direção hidraulica ou eletroassistida; ar condicionado; cor branca; vidro elétrico nas portas dianteiras; trava elétrica; alarme; apoio de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros (configuração de fábrica; jogo de tapetes; protetor de carter (se couber);freios ABS com EBD; aibag duplo; banco do motorista com regulagem de altura; sem motorista; sem combustível; assessórios obrigatórios: cintos de segurança três pontos, estepe, chave de roda, macaco e triângulo; KM livre; adesivados conforme a destinação, em padrão estabelecido  pelo órgão interessado. | 2 | 8 |  |
| **3** | **MOTOCICLETA OFFROAD /**  **TRAIL** - 250 Cilindradas; sem motorista; sem combustível; KM livre; cor branca; giro flex e sirenes instalados; adesivados conforme a destinação, em padrão estabelecido  pelo órgão interessado. | 15 | 33 |  |



|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **4** | **VEÍCULO TIPO PICK UP** -  Potência de 170 cv ou superior, diesel, quatro portas, vidros elétricos; cor branca; direção hidráulica ou eletroassistida; injeção eletrônica; ar condicionado; trava elétrica; alarme; jogo de tapetes; apoio de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros (configuração de fábrica); freios ABS com EBD; airbag duplo; banco do motorista com regulagem de altura; acessórios obrigatórios: cinto de segurança de três pontas, estepe, chave de roda, macaco e triângulo; sem motorista; sem combustível; KM livre; sirene eletrônica com amplificador, adequadamente instalada no cofre do motor, de no mínimo 100 W de potência 115 Db de pressão sonora constituída por unidade sonofletora única que deverá reproduzir três tons:sons – help, wail e horn; giroflex barra na côr rubi, com projeto aerodinâmico que permita visibilidade 360º , com baixo perfil e aparência discreta, equipada com módulos de LED, com fixação ao teto do veículo através de garras  ajustáveis e sapatas de borracha, | 7 | 17 |  |



|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | com terminal de controle e função DIMMER para controle da intensidade luminosa dos LEDS; adesivados conforme a destinação, em padrão estabelecido pelo órgão interessado, pino bola para  reboque. |  |  |  |
| **5** | **VEÍCULO HATCH** - Potência de 68 a 100 cv; capacidade para 05 (cinco) pessoas; biocombustível; quatro portas; direção hidráulica ou eletroassistida; injeção eletrônica; ar condicionado; cor branca; vidro elétrico nas portas dianteiras; trava elétrica; Alarme; jogo de tapetes; apoio nos bancos dianteiros e traseiros (configuração de fábrica); freios ABS com EBD; aibag duplo; banco do motorista com regulagem de altura; protetor de carter; sem motorista; sem combustível; rádio AM/FM CD Player; assessórios obrigatórios: cintos de segurança três pontos, estepe, chave de roda,  macaco e triângulo; KM livre. | 2 | 10 |  |
| **6** | **MOTOCICLETA OFFROAD /**  **TRAIL -** 500 Cilindradas; sem motorista; sem combustível; KM livre; cor branca; giro flex e sirenes instalados; adesivados conforme a  destinação, em padrão estabelecido | 1 | 4 |  |



|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | pelo órgão interessado. |  |  |  |

* + - 1. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
    1. **ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**
       1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Ordem Pública – SEOP.
       2. Não haverá órgãos participantes. A exclusividade da ata para a SEOP se justifica pela singularidade dos veículos utilizados e pela natureza das operações que estes órgãos realizam.
    2. **DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
       1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
          1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
          2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
          3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
       2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
          1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
       3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
       4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
       5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.



## Dos limites para as adesões

* + - 1. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*
      2. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*
      3. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*
      4. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

## Vedação a acréscimo de quantitativos

* + - 1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
    1. **VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**
       1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
          1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
          2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
       2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
          1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
       3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



* + - 1. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
         1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
         2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

* + - * 1. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
      1. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
      2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
      3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item

[5.4.2.2](#_bookmark34) somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

* + - * 1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
        2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item [9.](#_bookmark39)
      1. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
      2. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1.O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

* + - 1. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.



* + - 1. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item [5.7,](#_bookmark35) observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
      2. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
         1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
         2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
      3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
    1. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
       1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
          1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
          2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
          3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.



* + 1. **NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**
       1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
          1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
          2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
          3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
          4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
       2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
          1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
          2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item [9.1,](#_bookmark40) sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
          3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.



* + 1. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item [9.4](#_bookmark41), e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
    2. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item [7.2](#_bookmark36) e no item [7.2.1,](#_bookmark37) o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
    3. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
    4. **REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
       1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
       2. O remanejamento somente poderá ser feito:
          1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
          2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
       3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
       4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os seguintes limites, previstos nos §§4º e 5º do art. 86 da Lei 14.133/2021:
          1. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e
          2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
       5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.



* + - 1. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
      2. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item [8.3,](#_bookmark38) a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
    1. **CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADO****S**
       1. O registro do fornecedor ou prestador de serviço será cancelado pelo gerenciador, quando:
          1. For atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços;
          2. O contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;
          3. O fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;
          4. Estiverem presentes razões de interesse público;
          5. Restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.
       2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item [9.1](#_bookmark40) será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
       3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
       4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
          1. Por razão de interesse público;
          2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
          3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do art. 139, §§2º e 8º do Decreto 14.730/2023.



* + 1. **DAS PENALIDADES**
       1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
          1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
       2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 126, IX, do Decreto 14.730/2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 127, VI, do Decreto 14.730/2023).
       3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
    2. **CONDIÇÕES GERAIS**
       1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (DUAS) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Niterói, 20 de setembro de 2024.

Paulo Henrique Azevedo de Morais

## Secretário Municipal de Ordem Pública

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Item do TR | Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)* | | | |
| Especificação | Quantidade  Mínima | Quantidade  Máxima | Valor Un |
| **1** | **VEÍCULO HATCH** - Potência de 68 a 100 cv; capacidade para 05 (cinco) pessoas; bicombustível; quatro portas; direção hidráulica ou eletroassistida; injeção eletrônica; ar condicionado; cor branca;vidro elétrico nas portas dianteiras; trava elétrica; Alarme; jogo de tapetes; apoio nos bancos dianteiros e traseiros (configuração de fábrica); freios ABS com EBD; aibag duplo; banco do motorista com regulagem de altura; protetor de carter; sem motorista; sem combustível; assessórios obrigatórios: cintos de  segurança três pontos, estepe, | 20 | 42 |  |



|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | chave de roda, macaco e triângulo; KM livre; sirene eletrônica com amplificador, adequadamente instalada no cofre do motor, de no mínimo 100 W de potência 115 Db de pressão sonora constituída por unidade sonofletora única que deverá reproduzir três tons: sons - yelp; giroflex barra na cor rubi, com projeto aerodinâmico que permita visibilidade 360º , com baixo perfil e aparência discreta, equipada com módulos de LED, com fixação ao teto do veículo através de garras ajustáveis e sapatas de borracha, com terminal de controle e função DIMMER para controle da intensidade luminosa dos LEDS; adesivados conforme a destinação, em padrão estabelecido pelo órgão  interessado. |  |  |  |
| **2** | **VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO PARA 16**  **PASSAGEIROS** - Potência de 130 cv ou superior; diesel; quatro portas; direção hidraulica ou eletroassistida; ar condicionado; cor branca; vidro elétrico nas portas dianteiras; trava elétrica; alarme;  apoio de cabeça nos bancos | 2 | 8 |  |



|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | dianteiros e traseiros (configuração de fábrica; jogo de tapetes; protetor de carter (se couber);freios ABS com EBD; aibag duplo; banco do motorista com regulagem de altura; sem motorista; sem combustível; assessórios obrigatórios: cintos de segurança três pontos, estepe, chave de roda, macaco e triângulo; KM livre; adesivados conforme a destinação, em padrão estabelecido  pelo órgão interessado. |  |  |  |
| **3** | **MOTOCICLETA OFFROAD /**  **TRAIL** - 250 Cilindradas; sem motorista; sem combustível; KM livre; cor branca; giro flex e sirenes instalados; adesivados conforme a destinação, em padrão estabelecido  pelo órgão interessado. | 15 | 33 |  |
| **4** | **VEÍCULO TIPO PICK UP** -  Potência de 170 cv ou superior, diesel, quatro portas, vidros elétricos; cor branca; direção hidráulica ou eletroassistida; injeção eletrônica; ar condicionado; trava elétrica; alarme; jogo de tapetes; apoio de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros (configuração de fábrica); freios ABS com EBD; airbag duplo;  banco do motorista com regulagem | 7 | 17 |  |



|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | de altura; acessórios obrigatórios: cinto de segurança de três pontas, estepe, chave de roda, macaco e triângulo; sem motorista; sem combustível; KM livre; sirene eletrônica com amplificador, adequadamente instalada no cofre do motor, de no mínimo 100 W de potência 115 Db de pressão sonora constituída por unidade sonofletora única que deverá reproduzir três tons:sons – help, wail e horn; giroflex barra na côr rubi, com projeto aerodinâmico que permita visibilidade 360º , com baixo perfil e aparência discreta, equipada com módulos de LED, com fixação ao teto do veículo através de garras ajustáveis e sapatas de borracha, com terminal de controle e função DIMMER para controle da intensidade luminosa dos LEDS; adesivados conforme a destinação, em padrão estabelecido pelo órgão interessado, pino bola para  reboque. |  |  |  |
| **5** | **VEÍCULO HATCH** - Potência de 68 a 100 cv; capacidade para 05 (cinco) pessoas; biocombustível; quatro portas; direção hidráulica ou  eletroassistida; injeção eletrônica; | 2 | 10 |  |



|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | ar condicionado; cor branca; vidro elétrico nas portas dianteiras; trava elétrica; Alarme; jogo de tapetes; apoio nos bancos dianteiros e traseiros (configuração de fábrica); freios ABS com EBD; aibag duplo; banco do motorista com regulagem de altura; protetor de carter; sem motorista; sem combustível; rádio AM/FM CD Player; assessórios obrigatórios: cintos de segurança três pontos, estepe, chave de roda,  macaco e triângulo; KM livre. |  |  |  |
| **6** | **MOTOCICLETA OFFROAD /**  **TRAIL -** 500 Cilindradas; sem motorista; sem combustível; KM livre; cor branca; giro flex e sirenes instalados; adesivados conforme a destinação, em padrão estabelecido  pelo órgão interessado. | 1 | 4 |  |

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Item do TR | Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)* | | | |
| Especificação | Quantidade  Mínima | Quantidade  Máxima | Valor Un |



|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **1** | **VEÍCULO HATCH** - Potência de 68 a 100 cv; capacidade para 05 (cinco) pessoas; bicombustível; quatro portas; direção hidráulica ou eletroassistida; injeção eletrônica; ar condicionado; cor branca;vidro elétrico nas portas dianteiras; trava elétrica; Alarme; jogo de tapetes; apoio nos bancos dianteiros e traseiros (configuração de fábrica); freios ABS com EBD; aibag duplo; banco do motorista com regulagem de altura; protetor de carter; sem motorista; sem combustível; assessórios obrigatórios: cintos de segurança três pontos, estepe, chave de roda, macaco e triângulo; KM livre; sirene eletrônica com amplificador, adequadamente instalada no cofre do motor, de no mínimo 100 W de potência 115 Db de pressão sonora constituída por unidade sonofletora única que deverá reproduzir três tons: sons - yelp; giroflex barra na cor rubi, com projeto aerodinâmico que permita visibilidade 360º , com baixo perfil e aparência discreta, equipada com módulos de LED, com fixação ao teto do veículo  através de garras ajustáveis e | 20 | 42 |  |



|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | sapatas de borracha, com terminal de controle e função DIMMER para controle da intensidade luminosa dos LEDS; adesivados conforme a destinação, em padrão estabelecido pelo órgão  interessado. |  |  |  |
| **2** | **VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO PARA 16**  **PASSAGEIROS** - Potência de 130 cv ou superior; diesel; quatro portas; direção hidraulica ou eletroassistida; ar condicionado; cor branca; vidro elétrico nas portas dianteiras; trava elétrica; alarme; apoio de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros (configuração de fábrica; jogo de tapetes; protetor de carter (se couber);freios ABS com EBD; aibag duplo; banco do motorista com regulagem de altura; sem motorista; sem combustível; assessórios obrigatórios: cintos de segurança três pontos, estepe, chave de roda, macaco e triângulo; KM livre; adesivados conforme a destinação, em padrão estabelecido  pelo órgão interessado. | 2 | 8 |  |
| **3** | **MOTOCICLETA OFFROAD /**  **TRAIL** - 250 Cilindradas; sem motorista; sem combustível; KM | 15 | 33 |  |



|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | livre; cor branca; giro flex e sirenes instalados; adesivados conforme a destinação, em padrão estabelecido  pelo órgão interessado. |  |  |  |
| **4** | **VEÍCULO TIPO PICK UP** -  Potência de 170 cv ou superior, diesel, quatro portas, vidros elétricos; cor branca; direção hidráulica ou eletroassistida; injeção eletrônica; ar condicionado; trava elétrica; alarme; jogo de tapetes; apoio de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros (configuração de fábrica); freios ABS com EBD; airbag duplo; banco do motorista com regulagem de altura; acessórios obrigatórios: cinto de segurança de três pontas, estepe, chave de roda, macaco e triângulo; sem motorista; sem combustível; KM livre; sirene eletrônica com amplificador, adequadamente instalada no cofre do motor, de no mínimo 100 W de potência 115 Db de pressão sonora constituída por unidade sonofletora única que deverá reproduzir três tons:sons – help, wail e horn; giroflex barra na côr rubi, com projeto aerodinâmico que permita  visibilidade 360º , com baixo perfil | 7 | 17 |  |



|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | e aparência discreta, equipada com módulos de LED, com fixação ao teto do veículo através de garras ajustáveis e sapatas de borracha, com terminal de controle e função DIMMER para controle da intensidade luminosa dos LEDS; adesivados conforme a destinação, em padrão estabelecido pelo órgão interessado, pino bola para  reboque. |  |  |  |
| **5** | **VEÍCULO HATCH** - Potência de 68 a 100 cv; capacidade para 05 (cinco) pessoas; biocombustível; quatro portas; direção hidráulica ou eletroassistida; injeção eletrônica; ar condicionado; cor branca; vidro elétrico nas portas dianteiras; trava elétrica; Alarme; jogo de tapetes; apoio nos bancos dianteiros e traseiros (configuração de fábrica); freios ABS com EBD; aibag duplo; banco do motorista com regulagem de altura; protetor de carter; sem motorista; sem combustível; rádio AM/FM CD Player; assessórios obrigatórios: cintos de segurança três pontos, estepe, chave de roda,  macaco e triângulo; KM livre. | 2 | 10 |  |
| **6** | **MOTOCICLETA OFFROAD /**  **TRAIL -** 500 Cilindradas; sem | 1 | 4 |  |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | motorista; sem combustível; KM livre; cor branca; giro flex e sirenes instalados; adesivados conforme a destinação, em padrão estabelecido  pelo órgão interessado. |  |  |  |

**ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**

A Secretaria de Ordem Pública de Niterói, com a sede situada à Rua Craveiro Lopes n° 153 Barreto/Niterói, CEP: 24110-340, CNPJ Nº 28.521.0001-59, atendendo ao previsto na Lei de Licitações: 14.133/2021, de acordo com os princípios da economicidade e publicidade, visando a escolha mais vantajosa, vem através deste, no uso de suas atribuições solicitar, ao que tange o processo administrativo n° 9900001871/2024, a (NOME DA EMPRESA) , inscrito no CNPJ n°

, com sede situada (ENDEREÇO DA EMPRESA) , e-mail

empresa em epígrafe, apresentar proposta orçamentária, de acordo, com as especificações que seguem abaixo:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **TIPO** | **DESCRIÇÃO** | **QUANTI DADE** | **VALOR UNITÁRIO MENSAL** | **VALOR TOTAL (12 MESES)** |
| **1** | VEÍCULO TIPO HATCH 1 | **VEÍCULO HATCH** - Potência de 68 a 100 cv; capacidade para 05 (cinco) pessoas; bicombustível; quatro portas; direção hidráulica ou eletroassistida; injeção eletrônica; ar condicionado; cor branca;vidro elétrico nas portas dianteiras; trava elétrica; Alarme; jogo de tapetes; apoio nos bancos dianteiros e traseiros (configuração de fábrica); freios ABS com EBD; aibag duplo; banco do motorista com regulagem de altura; protetor de carter; sem motorista; sem combustível; assessórios obrigatórios: cintos de segurança três pontos, estepe, chave de roda, macaco e triângulo; KM livre; sirene eletrônica com amplificador, adequadamente instalada no cofre do motor, de no mínimo 100 W de potência 115 Db de pressão sonora constituída por unidade sonofletora única que deverá reproduzir três tons: sons - yelp; giroflex barra na cor rubi, com projeto aerodinâmico que permita visibilidade 360º , com baixo perfil e aparência discreta, equipada com módulos de LED, com fixação ao teto do veículo através de garras ajustáveis e sapatas de borracha, com terminal de controle e função DIMMER para controle da intensidade luminosa dos LEDS; adesivados conforme a destinação, em padrão estabelecido pelo órgão interessado. | 42 |  |  |
| **2** | VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO VAN | VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO PARA 16  PASSAGEIROS - Potência de 130 cv ou superior; diesel; quatro portas; direção hidraulica ou eletroassistida; ar condicionado; cor branca; vidro elétrico nas portas dianteiras; trava elétrica; alarme; apoio de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros (configuração de fábrica; jogo de tapetes; protetor de carter (se couber);freios ABS com EBD; aibag duplo; banco do motorista com regulagem de altura; sem motorista; sem combustível; assessórios obrigatórios: cintos de segurança três pontos, estepe, chave de roda, macaco e triângulo; KM livre; adesivados conforme a  destinação, em padrão estabelecido pelo órgão interessado. | 8 |  |  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **3** | VEÍCULO TIPO MOTOCICLE TA | **MOTOCICLETA OFFROAD / TRAIL** - 250  Cilindradas; sem motorista; sem combustível; KM livre; cor branca; giro flex e sirenes instalados; adesivados conforme a destinação, em padrão estabelecido pelo órgão interessado. | 33 |  |  |
| **4** | VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICK UP | **VEÍCULO TIPO PICK UP** - Potência de 170 cv ou superior, diesel, quatro portas, vidros elétricos; cor branca; direção hidráulica ou eletroassistida; injeção eletrônica; ar condicionado; trava elétrica; alarme; jogo de tapetes; apoio de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros (configuração de fábrica); freios ABS com EBD; airbag duplo; banco do motorista com regulagem de altura; acessórios obrigatórios: cinto de segurança de três pontas, estepe, chave de roda, macaco e triângulo; sem motorista; sem combustível; KM livre; sirene eletrônica com amplificador, adequadamente instalada no cofre do motor, de no mínimo 100 W de potência 115 Db de pressão sonora constituída por unidade sonofletora única que deverá reproduzir três tons:sons – help, wail e horn; giroflex barra na côr rubi, com projeto aerodinâmico que permita visibilidade 360º , com baixo perfil e aparência discreta, equipada com módulos de LED, com fixação ao teto do veículo através de garras ajustáveis e sapatas de borracha, com terminal de controle e função DIMMER para controle da intensidade luminosa dos LEDS; adesivados conforme a destinação, em padrão estabelecido pelo órgão interessado, pino bola  para reboque. | 17 |  |  |
| **5** | VEÍCULO TIPO HATCH 2 | **VEÍCULO HATCH** - Potência de 68 a 100 cv; capacidade para 05 (cinco) pessoas; biocombustível; quatro portas; direção hidráulica ou eletroassistida; injeção eletrônica; ar condicionado; cor branca; vidro elétrico nas portas dianteiras; trava elétrica; Alarme; jogo de tapetes; apoio nos bancos dianteiros e traseiros (configuração de fábrica); freios ABS com EBD; aibag duplo; banco do motorista com regulagem de altura; protetor de carter; sem motorista; sem combustível; rádio AM/FM CD Player; assessórios obrigatórios: cintos de segurança três pontos, estepe, chave de roda, macaco e  triângulo; KM livre. | 10 |  |  |
| **6** | VEÍCULO TIPO MOTOCICLE TA | **MOTOCICLETA OFFROAD / TRAIL -** 500  Cilindradas; sem motorista; sem combustível; KM livre; cor branca; giro flex e sirenes instalados; adesivados conforme a destinação, em padrão estabelecido pelo  órgão interessado. | 4 |  |  |



1. O orçamento a ser fornecido deverá ser estimado conforme a planilha acima.
2. Não admitirá apresentações de preços global ou unitário: simbólico, irrisório ou de valor zero, incomparáveis com preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa de licitação não tenha estabelecido limites mínimos de acordo com a Lei nº 14.133/2021.
3. A seguinte cotação compreenderá todos os custos diretos e indiretos que incidam ou venha a incidir sobre o preço do fornecimento dos respectivos materiais, contemplando todas as despesas necessárias à plena execução do serviço, tais como de pessoal e da administração, e todos os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas, encargos trabalhistas etc), incidentes sobre serviços objeto desta licitação, nada mais sendo lícito pleitear esse título.
4. Esta proposta deverá ser encaminhada para a Diretoria Administrativa /SEOP, através do endereço à Av. Presidente Craveiro Lopes n° 153 Barreto –

Niterói/RJ CEP: 24110-340, e-mail: [diradm@seop.niteroi.rj.gov.br](mailto:diradm@seop.niteroi.rj.gov.br)

1. Pagamento na modalidade empenho.

VALIDADE DA PROPOSTA: 180(CENTO E OITENTA) DIAS.

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 01/2024

## (Versão 3)

* 1. **– INTRODUÇÃO**

Trata o presente de Estudo Técnico Preliminar necessário para assegurar a viabilidade da contratação de determinada solução, mensurar os riscos, determinar estratégias, fornecer subsídios para a elaboração do Termo de Referência e, bem como, definir um plano de sustentação para a solução demandada. O estudo aqui apresentado recai sobre a realização de licitação, para eventuais e futuras contratações, em favor do Órgão Gerenciador e Participantes do Poder Executivo Municipal, para a contratação de serviços de Locação de Veículos.

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade avaliar o modelo de Locação de Veículos que se pretende contratar, observando as necessidades da Secretaria Municipal de Ordem Pública e demais órgãos interessados no certame, levantar os requisitos técnicos necessários para atender essas necessidades, aferir as condições que o mercado oferece e, por fim, analisar a viabilidade da contratação.

Assim, a delimitação da solução nos termos e condições estipulados, não é decisão de livre arbítrio do autor do presente Estudo. Aqui estão pautados elementos que, fundamentadamente, tem a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao Interesse Público.

* 1. **– JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE**

Primeiramente, tem-se em vista que, para atender suas demandas operacionais e administrativas, a Secretaria Municipal de Ordem Pública-SEOP

e os órgãos da Administração Pública participantes, precisam movimentar pessoas e recursos.

No caso da SEOP, servidores são transportados diariamente para exercer atividades que vão desde fiscalizações, operações de segurança e ordem pública, translado de servidores para eventos profissionais, reuniões e para o transporte de materiais, para dar apoio às diversas atividades desenvolvidas.

Essa diversidade de atividades implica em uma demanda por veículos de características plurais, que é atendida, atualmente, por meio dos contratos de locação de veículos ainda em vigor.

A contratação da solução estipulada no presente estudo, tem o objetivo de dar suporte aos trabalhos administrativos da SEOP e dos Órgãos e Entidades da Administração Municipal Participantes, de forma a possibilitar o cumprimento ágil e eficiente dos trabalhos desenvolvidos.

## Instrumentos de Planejamento

Salientamos que a atual gestão busca adotar procedimentos atinentes ao contingenciamento de despesas, objetivando a otimização dos gastos públicos. Nesta direção, esta Pasta está empenhada em adequar-se à realidade da Administração Municipal.

Por essa razão, identificou-se que a demanda pelos serviços de locação de veículos, de forma a atender satisfatoriamente o Interesse Público, constitui uma necessidade da SEOP e dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal Participantes.

Noutro passo, tem-se por esta licitação a oportunidade de a Administração perseguir e alcançar o princípio da economicidade, que pode ser obtida através de melhoria de Gestão, pelo aumento do poder de barganha, gerando um aperfeiçoamento na qualidade dos gastos públicos, aproximando as compras realizadas às práticas vigentes no mercado.

Os serviços elencados têm sua importância técnica-operacional para o desenvolvimento hábil dos trabalhos desempenhados pela SEOP e Órgãos e Entidades do Município Participantes, uma vez que estes foram definidos de forma a atender precisamente as necessidades identificadas, dotados de requisitos mínimos para a satisfação da expectativa da contratação, não sendo desarrazoados ou de luxo.

O presente Estudo fundamenta-se, também, na homenagem aos princípios da eficiência, legalidade e os demais princípios e regras que norteiam a Administração Pública.

## Resultados pretendidos do atendimento da demanda

Tem-se em vista que, com a instituição do procedimento, esta SEOP visa preservar o caráter ininterrupto das atividades administrativas e operacionais do Município de Niterói, agindo de forma planejada, a fim de prevenir riscos e prejuízos ao Erário, ambicionando melhorias de gestão – tais como o aumento do poder de barganha e a obtenção de economia de escala.

Assim, instaura-se a licitação para eventuais e futuras contratações em favor da SEOP e dos Órgãos e Entidades Participantes que compõem o corpo administrativo do Poder Executivo Municipal.

Desta forma, com o condão de atender satisfatoriamente às necessidades identificadas, observando as peculiaridades do objeto e para alcançar os resultados pretendidos, é oportuno o emprego dos seguintes recursos:

1. Disponibilização de meios para apresentação e verificação das demandas dos Órgãos que demonstrarem interesse, com vistas a estabelecer uma maior margem de negociação no certame e, também, para mensurar, em estimativa aproximada, a dimensão do pleito;
2. Disponibilização dos meios pertinentes, sejam físicos ou eletrônicos, para a realização da pesquisa de mercado e da pesquisa de preços, as quais

possibilitam a mensuração da dimensão do pleito e a verificação da aproximação do trabalho às práticas vigentes no mercado;

A presente demanda é proveitosa na medida em que se identifica que o serviço de locação de veículos, de forma a atender satisfatoriamente o Interesse Público, constituem uma necessidade da SEOP e possivelmente em comum com Órgãos e Entidades da Administração Municipal. Pelo exposto, os resultados pretendidos são:

1. O atendimento satisfatório da contratação;
2. O alcance de uma larga racionalização e economia aos gastos públicos;
3. A preservação do caráter ininterrupto das atividades administrativas e operacionais da SEOP;
4. A prevenção de riscos ao Erário; e
5. O alcance de indicadores para a medição e aperfeiçoamento da gestão.
6. **ANÁLISE DE CENÁRIO**

## Levantamento das soluções do mercado

Para uma melhor análise do cenário, é importante pesquisar e determinar as soluções capazes de atender satisfatoriamente aos ambientes produtivos que gozam os diversos setores de atuação desta Secretaria – que estão alinhadas aos princípios e regras que regem a Administração.

A investigação tem por fim identificar empreendimento possíveis de aproximar as compras públicas da Administração Municipal às práticas adotadas pelo mercado, impondo inovações que se fundamentam no princípio da eficiência, imprimindo um uso racional dos recursos públicos.

Assim, em pesquisa sobre o panorama do mercado na internet, sites de compras e em outros entes públicos, observou-se que em matéria de soluções para o serviço de transporte de servidores, a Administração Pública em geral costuma adotar ao menos três modelos para execução deste serviço, são eles:

### Aquisição de Veículos

No modelo de aquisição de veículos, a Administração Pública adquire o veículo e assume todos os custos dele decorrentes, contratando, de forma independente, motorista em empresa terceirizada ou designando servidor do próprio órgão para a função.

É a solução adotada em situações específicas como, por exemplo, quando o órgão público conta com estrutura de manutenção de veículos, ou ainda, quando a localização do órgão torna inviável a adoção de modelo de contratação diverso.

### Locação de Veículos

No modelo de locação de veículos, o serviço consiste na disponibilização de veículos por empresa contratada, a qual se responsabiliza pelos gastos e manutenções advindas da disponibilização do veículo.

Os carros locados podem dispor, ainda, de franquia mensal, cuja administração está sob a responsabilidade do órgão contratante, que poderá ser impelido a pagar taxa por quilômetro excedente, se ultrapassada a franquia determinada.

Este é o modelo mais representativo no âmbito dos órgãos da Administração Pública Municipal atualmente.

### Transporte Remunerado Privado Individual de Passageiros

O transporte remunerado privado individual, por sua vez, é definido pela Política Nacional de Mobilidade Urbana como: *“serviço remunerado de transporte de passageiros, não aberto ao público, para a realização de viagens*

*individualizadas ou compartilhadas solicitadas exclusivamente por usuários previamente cadastrados em aplicativos ou outras plataformas de comunicação em rede”.*

Neste modal, o contratante obtém acesso ao sistema, através de plataforma *web* ou aplicativo, por meio do qual poderá solicitar serviço de transporte a ser atendido por prestadores de serviço de transporte cadastrados no sistema e que estejam mais próximos ao local onde foi feita a solicitação.

1. **– ÁREA REQUISITANTE**

Os veículos visam atender às demandas da Secretaria Municipal de Ordem Pública – SEOP, contemplando projetos da Guarda Civil Municipal, Fiscalização de Posturas, Grupo Executivo para Crescimento Ordenado e Prevenção das Áreas Verdes - GECOPAV, CPROEIS e a Administração Pública Municipal de uma forma geral.

1. **– CONSULTA AO MERCADO**

No caso sob análise, a consulta ao mercado foi feita, principalmente, por meio de solicitações de cotação, por meio das quais foi esclarecido que, no mercado de locação de veículos, os contratados compram veículos zero quilômetro para locarem para o Município e outros entes da administração e, após um determinado período ou quilometragem rodada pelo veículo, este é devolvido para a contratada que o revende para amortizar o valor da aquisição.

Foi observado também, por meio de análise de procedimentos licitatórios análogos ao presente, que o tempo de entrega dos veículos zero do tipo Hatch, leva em média 60 (sessenta) dias, enquanto que os veículos do tipo Van e Pick Up, podem levar até 100 (cem) dias.

1. **– ESTIMATIVA DE QUANTIDADES**

Introduzindo este tópico, estabelecemos a estimativa de quantidades das possíveis soluções utilizando quantidades, condições e os termos pesquisados com o condão de, sem a intenção de alcançar uma margem de precisão, estipular uma projeção das quantidades das soluções identificadas.

Noutras linhas, as quantidades estipuladas são adequadas, porque levam em consideração todos os serviços realizados por esta secretaria, contemplando projetos da Guarda Civil Municipal, Fiscalização de Posturas, Grupo Executivo para Crescimento Ordenado e Prevenção das Áreas Verdes - GECOPAV e CPROEIS.

Por fim, as quantidades estipuladas são razoáveis e compatíveis com a realidade, considerando que utilizamos como parâmetro de orientação os temas comuns ao ambiente administrativo e operacional dos Órgãos e Entidades que compõem o Município.

* 1. **ANÁLISE DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES**

1. ​Aquisição de veículos.

Para a Administração Pública, a aquisição de veículos pode ser uma opção mais vantajosa nas seguintes hipóteses:

1. Caso o órgão público possua expertise no gerenciamento das atividades supracitadas, sendo a gestão de frotas uma atividade próxima de sua atividade-fim;
2. Caso o órgão público tenha a necessidade de manter veículos sob sua propriedade por decisão estratégica; e,
3. Caso o mercado de locação não exista para o veículo pretendido ou caso seja desinteressante economicamente (como para veículos utilitários de

carga pesados e caminhões, devido ao altíssimo custo de aquisição dos veículos).

Em contrapartida, com a aquisição de veículos, fica a cargo da Administração a gestão e o custo das seguintes atividades:

* + Reposição de pneus;
  + Reposição de peças;
  + Gestão das documentações;
  + Aquisição e gestão dos seguros;
  + Gestão de veículos indisponíveis;
  + Manutenção dos veículos; e,
  + Gestão da renovação da frota.

Por essa razão, sob o ponto de vista da economicidade, a aquisição de veículos não é a melhor opção a ser adotada pela SEOP, para o transporte de servidores.

1. *​Locação de Veículos*

O modelo de locação de veículos, por sua vez, resulta na terceirização do serviço de transporte de servidores, tendo em vista que a empresa contratada disponibiliza o veículo para o órgão contratante, mediante pagamento fixo mensal.

Sua principal vantagem está no fato de que esta solução inclui, além do uso do veículo, a gestão da manutenção, as peças de reposição, pneus, seguros, impostos, gestão da documentação, prazos e parâmetros para substituição definitiva do veículo, tudo sob a responsabilidade da empresa contratada.

Por essa razão, a locação de veículos tem sido a opção recorrente dos órgãos da administração pública, quer seja no âmbito Municipal, Estadual ou Federal e tais contratações diferenciam-se apenas pela adoção de franquias de quilometragem livres ou com valor determinado.

Além disso, é importante ressaltar a vantajosidade da locação em relação à compra. Embora a compra de veículos possa ser vantajosa em certos casos, a locação oferece benefícios que podem ser especialmente atraentes para órgãos públicos e se adequar a realidade dessa SEOP.

A locação proporciona uma visão mais clara da despesa mensal, tornando o controle orçamentário mais eficaz. A administração pode planejar seus gastos com maior previsibilidade, eliminando surpresas financeiras associadas a custos imprevistos de manutenção.

É importante ressaltar também que a locação permite a adaptação da frota às necessidades específicas do órgão, com a possibilidade de alterar o número e o tipo de veículos conforme necessário. Devido a essas vantagens, a locação de veículos tem se tornado a opção preferida para órgãos públicos em todas as esferas de governo. As variações nas contratações estão geralmente relacionadas à adoção de franquias de quilometragem livres ou com valores definidos, o que proporciona ainda mais flexibilidade na gestão dos recursos.

Em suma, a locação de veículos para viaturas administrativas e operacionais oferece uma abordagem eficiente e econômica para atender às necessidades de transporte da Administração Pública, garantindo que os recursos sejam direcionados de forma mais estratégica e eficaz.

1. **– ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **COD. ITEM** | **TIPO** | **DESCRIÇÃO** | QUANTIDADES |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **1** | 4014 | VEÍCULO TIPO HATCH | **VEÍCULO HATCH** - Potência de 68 a  100 cv; capacidade para 05 (cinco) pessoas; biocombustível; quatro portas; direção hidráulica ou eletroassistida; injeção eletrônica; ar condicionado; cor branca; vidro elétrico nas portas dianteiras; trava elétrica; Alarme; jogo de tapetes; apoio nos bancos dianteiros e traseiros (configuração de fábrica); freios ABS com EBD; aibag duplo; banco do motorista com regulagem de altura; protetor de carter; sem motorista; sem combustível; assessórios obrigatórios: cintos de segurança três pontos, estepe, chave de roda, macaco e triângulo; KM livre; sirene eletrônica com amplificador, adequadamente instalada no cofre do motor, de no mínimo 100 W de potência Db de pressão sonora; giroflex barra na côr rubi, com projeto aerodinâmico que permita visibilidade 360º , com baixo perfil e aparência discreta, equipada com módulos de LED, com fixação ao teto do veículo através de garras ajustáveis e sapatas de borracha, com terminal de controle e função DIMMER para controle da intensidade luminosa dos LEDS; adesivados conforme a destinação, em padrão estabelecido  pelo órgão interessado; | 42 |
| **2** | 4014 | VEICULO UTILITÁRIO TIPO VAN | VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO PARA 16 PASSAGEIROS - Potência  de 130 cv ou superior; diesel; quatro portas; direção hidraulica ou eletroassistida; ar condicionado; cor branca; vidro elétrico nas portas dianteiras; trava elétrica; alarme; apoio de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros (configuração de fábrica; jogo de tapetes; protetor de cárter (se couber);freios ABS com EBD; aibag duplo; banco do motorista com regulagem de altura; sem motorista; sem combustível; assessórios obrigatórios: cintos de segurança três  pontos, estepe, chave de roda, macaco e triângulo; KM livre; adesivados | 8 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  | conforme a destinação, em padrão estabelecido pelo órgão interessado. |  |
| **3** | 4014 | MOTOCICL ETAS | **MOTOCICLETA OFFROAD** -  300 Cilindradas; sem motorista; sem combustível; KM livre; côr branca ou prata; giro flex e sirenses instalados; adesivados conforme a destinação, em padrão estabelecido pelo órgão  interessado. | 33 |
| **4** | 4014 | VEÍCULO TIPO PICK- UP | **VEÍCULO TIPO PICK UP** -  Potência de 170 cv ou superior, diesel, quatro portas, vidros elétricos; cor branca; direção hidráulica a ou eletroassistida; injeção eletrônica; ar condicionado; trava elétrica; alarme; jogo de tapetes; apoio de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros (configuração de fábrica); freios ABS com EBD; airbag duplo; banco do motorista com regulagem de altura; acessórios obrigatórios: cinto de segurança de três pontas, estepe, chave de roda, macaco e triângulo; sem motorista; sem combustível; KM livre; sirene eletrônica com amplificador, adequadamente instalada no cofre do motor, de no mínimo 100 W de potência Db de pressão sonora; giroflex barra na côr rubi, com projeto aerodinâmico que permita visibilidade 360º , com baixo perfil e aparência discreta, equipada com módulos de LED, com fixação ao teto do veículo através de garras ajustáveis e sapatas de borracha, com terminal de controle e função DIMMER para controle da intensidade luminosa dos LEDS; adesivados conforme a destinação, em padrão estabelecido  pelo órgão interessado. | 17 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **5** | 4014 | VEÍCULO TIPO HATCH 2 | **VEÍCULO HATCH** - Potência de 68 a 100 cv; capacidade para 05 (cinco) pessoas; biocombustível; quatro portas; direção hidráulica ou eletroassistida; injeção eletrônica; ar condicionado; côr branca; vidro elétrico nas portas dianteiras; trava elétrica; Alarme; jogo de tapetes; apoio nos bancos dianteiros e traseiros (configuração de fábrica); freios ABS com EBD; aibag duplo; banco do motorista com regulagem de altura; protetor de carter; sem motorista; sem combustível; rádio AM/FM CD Player; assessórios obrigatórios: cintos de  segurança três pontos, estepe, chave de roda, macaco e triângulo; KM livre. | 10 |
| **6** | 4014 | VEÍCULO TIPO MOTOCICL ETA | **MOTOCICLETA OFFROAD /**  **TRAIL -** 500 Cilindradas; sem motorista; sem combustível; KM livre; cor branca; giro flex e sirenes instalados; adesivados conforme a destinação, em padrão estabelecido pelo órgão interessado. | 4 |

1. **ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **TIPO** | **EMPRESAS** | | | |
| **I MARIZ** | **LOCALIZA** | **EBEC** | **MÉDIA OUTROS**  **ÓRGÃOS** |
| **HATCH 1** | R$ 6.450,00 | R$ 3.026,15 | R$ 5000,00 | **R$ 2.707,68** |
| **VAN** | R$ 27,400,00 | X | R$ 16.300,00 | **R$ 19.897,88** |
| **MOTOCICLETA**  **250 CC.** | R$ 2.030,00 | X | R$ 3.000,00 | **R$ 1.690,62** |
| **PICK- UP** | R$ 15.700,00 | X | R$ 12.500,00 | **R$ 12.240,00** |
| **HATCH 2** | R$ 6.200,00 | R$ 3.026,15 | R$ 4.500,00 | **R$ 2.232,90** |
| **MOTOCICLETA**  **500 CC.** | R$ 3.100,00 | X | R$ 3.800,00 | Não encontrado. |

1. **JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO**

A contratação por item possibilita a participação de um número maior de interessados, o que, consequentemente, aumenta a competitividade do certame e viabiliza a obtenção de melhores propostas, sem perda da economia de escala.

Nesse sentido, é o que estabelece o **art. 47 da Lei Federal nº 14.133/2021**, *in verbis*:

*" Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:*

*II – do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.*

*§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:*

*I – a responsabilidade técnica;*

*II – o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens; III – o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.”*

Conforme verificado na pesquisa de mercado, o nicho de locação de veículos apresenta algumas peculiaridades e variações de leo com os diferentes modelos, o que permite o parcelamento do objeto sem prejuízo à economia de escala.

Por essa razão, no presente caso, cada categoria de veículo objeto do presente procedimento licitatório, qual seja, Hatch 1 e 2; utilitário tipo Van; Utilitário tipo Pick Up; e Motos, corresponde a um item.

Na prática, isso permitirá, por exemplo, que locadoras que não tenham determinada categoria de veículo disponível em sua frota, ainda possam participar do certame licitatório e, inclusive, sagrarem-se vencedoras, vez que não estarão obrigadas a apresentar propostas para um lote, mas apenas para os itens que tenham real disponibilidade de fornecer.

Assim, no que tange à forma de contratação, é recomendável que o modelo do Registro de Preços seja dividido por itens, podendo ter vencedores diferentes,

visando uma melhor negociação por parte do Município com estímulo à competitividade.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITEM** | TIPO | VALOR UNITÁRIO ESTIMADO  (MEDIANA) |
| 1 | **HATCH 1** | **R$ 4974,40** |
| 2 | **VAN** | **R$ 19.897,88** |
| 3 | **MOTOCICLETA 250 CC.** | **R$ 1860,31** |
| 4 | **PICK UP** | **R$ 11.115,10** |
| 5 | **HATCH 2** | **R$ 3.489,50** |
| 6 | **MOTOCCLETA 500 CC.** | **R$ 3.100,00** |
| **PREÇO TOTAL ESTIMADO**  **R$ 7.988.933,10**  **(QUANTITATIVO TOTAL POR 12 MESES)** | | |

1. **ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

A presente aquisição consta com os devidos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual do Município de Niterói.

**FONTE DE RECURSOS: 1.501.02;**

**PROGRAMA DE TRABALHO: 1901.06.181.0131.4036; ELEMENTO DE DESPESA: 339033;**

**REDUZIDO: 20226.**

1. **BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO**

Dessa forma, a solução sugerida pelo presente estudo potencializa a captação de indicadores de qualidade, os quais levam a Administração a uma

gestão eficiente do contrato, podendo, no momento oportuno, vislumbrar o aperfeiçoamento de fases do procedimento.

Como identificado anteriormente, há mercado disponível para o atendimento das demandas da Administração. O que é interessante e vantajoso, uma vez que há a perspectiva de fomento da competitividade, quando que, por esta solução, não há o emprego de termos abusivos, ilegais e o objeto é perfeitamente praticado pelo nicho que integra.

Assim, almejam-se os seguintes benefícios diretos:

1. Aumento do poder de barganha;
2. Maiores ganhos em economia de escala;
3. Melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis;
4. Maior eficiência na execução e gestão dos contratos;
5. Maior alcance e aplicação de indicadores de qualidade;
6. Diminuição dos riscos de paralisação dos serviços;
7. Maior controle da demanda e fortalecimento do conceito

“planejamento”; e,

1. Maior manutenção do equilíbrio contratual.

Os benefícios indiretos almejados são:

1. Aquecimento da economia local, provocando o fomento do mercado e abertura de postos de emprego;
2. Fortalecimento da imagem do Município no mercado como parceiro comercial; e Maior responsabilidade ambiental, visto que a solução é descrita de maneira a evitar a agressão e o uso desenfreado dos recursos naturais disponíveis.
3. **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

A demanda será acompanhada pela equipe técnica responsável, devidamente capacitada para tomar as providências necessárias e possíveis para o sucesso da contratação, incluindo o aceite da proposta, recebimento do item e eventuais diligências no intuito de garantir a qualidade da compra.

1. **POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

Serão definidos no Termo de Referência condições que minimizam possíveis impactos ambientais, seguindo as orientações normativas que trata de sustentabilidade em contratações públicas**.**

## Critérios e práticas de sustentabilidade

O art. 5º da Lei nº 14.133/2021 enfatiza que devem ser observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável,

Nesse sentido, pode-se dizer que a licitação sustentável é o procedimento administrativo formal que contribui para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, mediante a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens e contratações de serviços.

A partir deste enfoque tripartite, que constitui o núcleo mínimo do desenvolvimento sustentável, reconhecemos que o desenvolvimento sustentável envolve ainda outras dimensões, tais como a ética, a jurídica e a política.

**O bem estar social** relaciona-se com a efetivação de direitos sociais, como saúde, educação e segurança, entre outros, assim como a garantia dos direitos assegurados aos trabalhadores, tais como proibição do trabalho do menor,

fixação de salário mínimo, medidas relacionadas à fixação da jornada de trabalho e medidas de proteção à segurança e saúde no ambiente de trabalho, a título de mera exemplificação.

**O desenvolvimento econômico** diz respeito à geração e distribuição de riqueza.

**A preservação do meio ambiente** constitui importante elo da corrente do desenvolvimento sustentável e impõe que tanto o bem estar social, quanto o desenvolvimento econômico sejam alcançados sem prejuízo do meio ambiente ecologicamente equilibrado, que deve ser mantido e preservado pela geração atual em benefício próprio e das futuras gerações.

Desta forma, constituem diretrizes de sustentabilidade desta solução adotada, entre outras:

1. O uso de automóveis, equipamentos e acessórios com menor impacto sobre recursos naturais (flora, fauna, solo, água, ar);
2. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem

local;

1. Uso de automóveis, equipamentos e acessórios com maior eficiência

na utilização de recursos naturais, como água e energia;

1. Maior geração de empregos;
2. Manutenção do equilíbrio contratual; e,
3. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.
4. **DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

O presente estudo apresenta os elementos essenciais que irão compor o Termo de Referência e demonstrou ser viável a contratação demandada,

cabendo ressaltar que os riscos envolvidos são administráveis e os custos previstos são compatíveis e se caracterizam pela economicidade.

É importante salientar que a realização do Registro de Preços para a locação de veículos tem o potencial de gerar excelentes benefícios à Administração, tendo as seguintes perspectivas:

**Aumento do Poder de Barganha** que se verifica quando o comprador consegue utilizar sua capacidade de negociação para obter ofertas melhores junto ao mercado. No caso do Município, isso se verifica quando, por exemplo, há grande competição nos Pregões Eletrônicos. Aumentar o poder de barganha significa estimular a competição nos certames e isso pode trazer benefícios significativos em termos de preço e qualidade dos produtos e serviços adquiridos.

**Obtenção de Economias de Escala** que ocorrem quando uma empresa consegue fechar a venda, ou uma promessa de venda, numa quantidade significativa que garanta uma remuneração maior, mas com a mesma base de custos fixos. Quando isso ocorre, uma empresa consegue vender a preços menores, pois a relação receita vs. custos fica mais positiva, i.e., consegue atingir um mesmo percentual de lucro com vendas a um preço menor. Nesse sentido, ao ofertar uma oportunidade de vendas maiores, a centralização pode incentivar as empresas a venderem por um preço inferior aos preços homologados nas compras descentralizadas.

**Redução dos Custos de Transação** que se verifica quando atividades paralelas que possuem um objetivo semelhante são racionalizadas e executadas por um único grupo especializado. Essa racionalização permite que as pessoas tenham tempo para desempenhar outras atividades e reduz diretamente os custos com pessoal, suprimentos, e energia, relacionados com a aquisição tanto do lado dos compradores públicos quanto do lado das empresas licitantes.

Em relação ao **aumento de poder de barganha**, como há garantia de redução de custos de transação e potencial para ganhos de escala, reforça-se a possibilidade de concretização dessa variável.

Pela perspectiva da **redução de custos de transação**, verifica-se uma garantia de benefício, uma vez que todos os órgãos da administração Municipal que necessitam transportar servidores diariamente com os mais variados propósitos, podem participar da licitação.

Quanto às **economias de escala**, também se verifica potencial de obtenção de benefícios, uma vez que não se vislumbra grandes impactos em termos de custos variáveis para os licitantes com o aumento da escala da contratação. Uma vez que, o aumento da escala poderá gerar uma percepção positiva dos licitantes em termos de aumento de margem de receita, apesar do consequente maio risco.

1. **DEFINIÇÃO DA NATUREZA DO SERVIÇO**
2. ​Da caracterização do serviço como comum.

O legislador, quando da elaboração da norma, ofereceu uma definição para a expressão “bens e serviços comuns”, os quais são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Para a introdução do tópico, recorremos à douta lição do professor Jessé Torres Pereira Junior :

“*Em aproximação inicial do tema, pareceu que ‘comum’ também sugeria simplicidade. Percebe-se, a seguir, que não. O objeto pode portar complexidade técnica e ainda assim ser ‘comum’, no sentido de que essa técnica é perfeitamente conhecida, dominada e oferecida pelo mercado*.”

Assim, serviços comuns são todos aqueles serviços rotineiros, usuais, que sejam definidos por especificações conhecidas, sem que se admita, a partir de certas especificações estabelecidas no edital, variações técnicas que possam repercutir na satisfação do Interesse Público – o que não afeta o caso concreto.

Nos ensinamentos do Dr. Hely Lopes Meirelles , ‘‘serviços comuns são todos aqueles que não exigem habilitação especial para sua execução’’. Em outras palavras, podem ser realizados por qualquer pessoa ou empresa, pois não são privativos de nenhuma profissão ou categoria profissional. São serviços executados por leigos (guardada as proporções do vocábulo e das circunstâncias) ou por um grupo especializado.

Assim, também contribui para a interpretação do entendimento, ao afirmar que serviço comum é aquele que pode ser contratado, de modo satisfatório, por intermédio de um procedimento de seleção destituído de sofisticação ou minúcia.

Cabendo salientar que comum não é o serviço destituído de sofisticação, mas aqueles para cuja aquisição satisfatória não se fazem necessárias investigações ou cláusulas mais profundas.

Por tal exposição, concluímos que a solução adotada trata-se de serviço comum, pois:

* É encontrado no mercado sem maiores dificuldades;
* É ordinário, sem peculiaridades, ou características especiais;
* É apresentado com identidade e características padronizadas; tem perfil tem perfil qualitativo e é prestado por diversas pessoas jurídicas e físicas de direito privado; e garante sua caracterização em função das exigências do Instrumento Convocatório e das peculiaridades procedimentais do certame licitatório.

1. Da caracterização do Serviço como serviço a ser prestado de forma contínua.

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho de suas atribuições que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de suas atividades e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro.

Segue o mesmo raciocínio o conceito atribuído pelo Tribunal de Contas da União:

‘’*Voto do Ministro Relator*

*[…]*

* 1. *Sem pretender reabrir a discussão das conclusões obtidas naqueles casos concretos,* ***chamo a atenção para o fato de que a natureza contínua de um serviço não pode ser definida de forma genérica. Deve-se, isso sim, atentar para as peculiaridades de cada situação examinada****.*
  2. *Na realidade, o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua* ***essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional****.’’ (TCU. Acórdão n° 132/2008 – Segunda Câmara. Relator: Ministro Aroldo Cedraz. Data do julgamento: 12/02/2008.)*

Serviço de prestação continuada será todo aquele cuja demanda a Administração Pública já detém o conhecimento de que ocorrerá novamente no exercício financeiro seguinte, bem como, o patamar no qual a mesma ocorrerá, havendo, inclusive, previsão orçamentária para sua contratação – a depender.

Diante do exposto, conclui-se que é viável o enquadramento da solução adotada dentre aqueles a serem executados de forma contínua, ficando a prorrogação do respectivo contrato administrativo condicionada ao preenchimento dos seguintes requisitos:

1. comprovação da vantajosidade de preços e condições para a Administração;
2. previsão expressa da hipótese de dilação de prazo contratual no instrumento convocatório da licitação e no respectivo ajuste entabulado entre as partes;
3. adoção da modalidade de licitação adequada, tendo em vista o valor total do pacto, computadas as possíveis prorrogações, respeitando-se o prazo máximo previsto na Lei Federal 14.133/2021; e
4. efetivação da prorrogação dentro do período de vigência do ajuste.
5. *Serviço com ou sem disponibilização de funcionários da contratada de forma contínua.*

Dá-se como mão de obra residente aquela em que o termo responsável estabelece que os serviços serão realizados nas dependências do órgão contratante, indique o perfil e requisitos técnicos do profissional a ser alocado na execução do contrato e haja estabelecimento, pelo órgão contratante ou pela empresa, do valor do salário a ser pago ao profissional.

No presente caso, não haverá o emprego de mão de obra da contratada.

Isso porque, optou-se pela contratação de veículos sem condutores.

Dessa forma, considerando a descrição, condições e natureza da solução adotada, não se faz necessária a disponibilização de funcionários da contratada de forma contínua para a execução do objeto contratual.

## Regime de contratação

A licitação será promovida sob o prisma da Lei 14.133/2021, observando as regulamentações aplicáveis em âmbito Municipal, considerando a natureza do objeto e as condições da Contratação.

## Regime de Execução

Ao início, cumpre dizer que a empreitada por preço global deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem executados; enquanto que a empreitada por preço unitário deve ser preferida para objetos que, por sua natureza, não permitam a precisa indicação dos quantitativos orçamentários.

Posto isso, sugere-se que os serviços desempenhados através do regime de execução (indireta) Empreitada por Preço Unitário, conforme consta ao inciso XXVIII do Artigo 6° da Lei Federal 14.133/2021.

Em sede de fundamentação, considerado a natureza do objeto, a modalidade empregada e, ainda, sendo inviável a promoção da medição exata do volume demandado, a SEOP deverá adotar tal regime execução.

Assim, a sugestão é alinhada com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, em seu Informativo de Licitações e Contratos de n° 304/2016, senão vejamos:

‘’A empreitada por preço global deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem executados; enquanto a empreitada por preço unitário deve ser preferida para objetos que, por sua natureza, não permitam a precisa indicação dos quantitativos orçamentários.’’

Entende-se ainda que este regime é o mais adequado, pois a quantidade exata de cada item (***serviço***) só poderá ser definida mediante a informação da medição, após sua respectiva execução. Desta forma, o pagamento à contratada, será efetuado pelo que efetivamente for executado.

## Forma de Execução

1. **Prazo para entrega dos veículos HATCH 1 e 2** – O prazo de entrega dos veículos do tipo Hatch será de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data da publicação do extrato do termo contratual no Diário Oficial do Município de Niterói
2. **Prazo para entrega dos veículos Utilitários tipo Van e Pick UP** – O prazo de entrega dos veículos utilitários tipo Van e Pick UP será de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data da publicação do extrato do termo contratual no Diário Oficial do Município de Niterói.
3. **Prazo para entrega das motocicletas** - Será de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data da publicação do extrato do termo contratual no Diário Oficial do Município de Niterói.
4. **Locais, datas e horários de Execução** – A indicação dos locais, datas e horários de execução será definida por cada Contratante em momento oportuno.
5. **Forma de execução** – A forma de execução dos serviços será integral.
6. **Níveis mínimos de qualidade a serem observados –** Os termos estipulados neste Estudo prezam pela manutenção da exeqüibilidade do contrato, considerando aspectos como a efetuação das tarefas realizadas, as imobilizações e substituições efetuadas, entre outros.

A solução adotada estipula termos objetivos, que tornam patente a qualidade exigida na prestação do serviço a ser contratado que, se violados, a depender do grau, possibilitam a aplicação de sanções à contratada.

Deste modo, entendemos ser adequada, razoável e proporcional a dispensa de instrumentos complementares para a medição qualitativa e quantitativa da solução adotada. Adequada e razoável, pois, a solução demandada é destituída de sofisticação técnica e minúcia para o acompanhamento de sua execução, o que faz, para o seu atendimento satisfatório, a desnecessidade de estipulação cláusulas mais profundas para o seu acompanhamento.

Proporcional, pois, os termos estipulados para assegurar a execução do contrato (em harmonia com a letra legal) são suficientes para homenagear a eficiência e sustentabilidade da contratação e, ainda, são objetivamente capazes de diminuir os riscos de danos ao Erário.

1. **INFORMAÇÕES CONTRATUAIS**

## Duração do Contrato

**O prazo de vigência do contrato será de 12 (DOZE) meses, contado a partir de sua assinatura**. Ainda, o prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 107, da Lei nº 14.133/2021, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para o **CONTRATANTE**.

A adoção do prazo se justifica no fundamento da sustentabilidade da contratação, tendo vista que este se demonstra vantajoso para a Administração, considerando a natureza e condições da solução adotada.

No que tange à sustentabilidade, interpretando-a como a manutenção do equilíbrio do ajuste e condições econômico-financeiras da contratação, tal decisão potencializa, também, o fortalecimento da gestão contratual, uma vez que é um prazo razoável e proporcional à solução adotada.

Por fim, a estipulação deste período se faz necessária por ser adequado à Administração, uma vez que está alinhado às práticas atuais, canalizando-a à captação de índices de medição qualitativo e econômico-financeiros – produtos suficientes para a avaliação dos impactos benéficos e onerosos do ajuste.

## Reajuste de Preços

O reajustamento contratual de preços é medida convencionada entre as partes contratantes para evitar que venha a romper-se o equilíbrio financeiro do ajuste, em razão das elevações do mercado, da desvalorização da moeda ou do aumento geral de salários no período de execução do contrato administrativo.

Assim, insta formalizar a necessidade de cláusula de reajustamento de preços, com o propósito de recompor o valor da proposta do contratado, em razão do impacto da inflação nos preços dos custos que a integra.

### Das faturas pagas com atraso nas quais tiveram causa ou motivo a Administração.

A correção monetária deve incidir a partir do momento em que era possível a Administração realizar o pagamento e não o fez, gerando prejuízo ao contratado. Com efeito, a própria Lei 14.133/2021 prevê, em seu artigo n° 136, inciso II, que o edital deverá conter, necessariamente, as condições de pagamento prevendo as "compensações financeiras e penalizações" por eventuais atrasos no pagamento.

O Tribunal de Contas da União – TCU já se manifestou sobre a possibilidade de a Administração realizar o pagamento de juros e correção monetária, conforme se depreende de excerto do recente Acórdão nº 1920/2011, da Primeira Câmara:

“*Tomada de Contas. Pagamento de despesas de exercícios anteriores com acréscimo de juros de crédito bancário. Taxas superiores aos índices de variação de preços. Ofensa ao princípio de indisponibilidade do patrimônio público. Ato de gestão antieconômico. Dano ao erário. Débito inferior ao limite para TCE. Contas irregulares. Multa.*

*11.4 Em pesquisa que realizamos junto aos sistemas do Tribunal, verificamos que o assunto foi bem abordado no Acórdão 1931/2004-Plenário.*

*11.5 Em seu voto que fundamentou o Acórdão 1931/2004- Plenário, o Relator, Excelentíssimo Senhor Ministro Walton Alencar Rodrigues, ao analisar a pretensão do Órgão de não pagar a atualização monetária à empresa contratada, assim discorre:*

*Essa solução, além de não se harmonizar com o princípio jurídico que veda o enriquecimento sem causa à custa alheia, aplicável às relações jurídicas de toda a espécie, não se conforma com a Constituição Federal (art. 37, inciso XXI) e com a Lei 14.133/2021 (art. 136°), que determinam a manutenção das condições efetivas da proposta nas contratações realizadas pelo poder público.*

*Como tal, negar à empresa contratada a composição de perdas e danos decorrentes de mora da própria Administração atentaria contra o primado da justiça que arrosta o enriquecimento sem causa, mesmo que essa exigência não esteja prevista em lei ou em disposição contratual.”.*

Assim, a Administração, em caso de atraso de pagamento pelos serviços efetivamente prestados, deve realizar a correção monetária destes valores com a incidência, inclusive, de juros moratórios, com vistas a homenagear o equilíbrio do ajuste.

Por isso, observando o disposto na Lei n° 14.133/2021, definiu-se a adoção do IPCA (Índice de preços no consumidor), para a correção dos valores pagamentos efetuados com atraso.

A adoção do índice é razoável, necessária e proporcional, isto porque reflete a variação dos custos da solução adotada e considerando que a atualização dos valores deve se dar tomando por base os índices inflacionários reais.

## Garantia

A possibilidade de exigência de garantia a ser fornecida pelo contratado é uma prerrogativa da Administração, que busca assegurar a adequada execução do contrato, na medida em que:

Assim, nos termos do artigo 96, da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia está adstrita ao poder discricionário do Administrador, considerando, é claro, o interesse público.

No entanto, se tal prestação é estabelecida no instrumento convocatório e no termo contratual, como nos casos em estudo, o Administrador não pode deixar de exigi-la alegando seu poder discricionário, pois que vinculado aos termos do edital e do contrato.

Mediante a exigência de prestação de garantias pelos contratados, a Administração tem o objetivo de reduzir o risco de ocorrência e má execução do contrato, ou, na hipótese de essa verificar-se, assegura uma rápida composição das perdas sofridas em decorrência da inexecução ou execução irregular.

Quando observado risco à lesão ao Erário, dado o descumprimento por meio das contratadas, a obrigatoriedade de prestação de garantia representa apenas outro instrumento de eliminar risco de insucesso, caso o contratado não seja capaz de executar satisfatoriamente a solução demandada.

Noutras palavras, considerando a vultuosidade material e econômica da solução, em conformidade com o art. 96 da Lei n° 14.133/2021, sugere-se a instituição do elemento da garantia contratual, com a finalidade de assegurar a plena execução dos contratos que, eventualmente, vierem a ser celebrados, bem como promover o pagamento de multas que, porventura, possam ser aplicadas pela Administração.

Em sede de fundamentação, com a conjugação deste aos princípios norteadores de licitação, visto que, ainda, há previsão legal para tanto, tal

exigência é adequada, necessária e proporcional para a satisfação do Interesse Público.

Desta forma, sugere-se, como percentual da garantia apresentada, o montante de 5% (cinco por cento) do valor firmado no momento da contratação, tendo em vista que este é suficiente para cobrir os riscos da contratação, restando razoável sua estipulação.

## Possibilidade de subcontratação.

Quanto à possibilidade de subcontratação, o art. 132 da Lei 14.133/2021, veda a subcontratação total do objeto licitado, na medida em que esse instituto deve ser encarado com excepcionalidade, sob pena de desfigurar o processo de escolha inerente ao próprio procedimento licitatório.

Somado a isso, o Tribunal de Contas da União, no Acórdão TCU nº 2002/2005 – Plenário, leciona que a subcontratação é instrumento excepcional, não regra, e deve ser adotada unicamente quando necessária para garantir a execução do contrato.

Quando o entendimento acima posto é conjugado à Ordem Jurídica vigente, observamos, também, que a subcontratação não deve atentar contra os princípios constitucionais inerentes ao processo licitatório, e nem ofenda outros princípios relacionados às licitações, notadamente o da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração (art. 5º, Lei nº 14.133/2021). Neste sentido, havendo (e como há), dentro da solução adotado um nicho de mercado composto por um grupo complexo de potenciais fornecedores sem a necessidade de subcontratação, não há violação dos princípios do processo licitatório.

É sabido que subcontratação onera o custo de serviço por exigir logística a parte (adicional) para o processo, partindo daí a opção por não permitir tal procedimento (economicidade).

Logo, um possível afastamento do instituto de subcontratação não compromete, restringe ou frustra o caráter competitivo entre os possíveis licitantes, não constituindo o argumento para que esta modalidade de contratação seja obrigatória, muito menos que seja vantajosa.

Considera-se, ainda, que a natureza da solução adotada não comporta divisão, visto que, entre outras motivações as condições dos serviços apresentam aspectos comuns que justificam o tratamento conjunto.

Neste passo, não se vislumbra uma hipótese excepcionalíssima (seja técnica, econômica e circunstancialmente) justificável quanto à autorização de subcontratação do objeto e, quando subsumida a norma e os entendimentos acima postos ao caso concreto, de outra sorte, sabe-se que não há serviços acessórios que podem ser realizados através de subcontratados.

Concluindo, não se verificou elementos objetivos que autorizassem a positivação do instituto da subcontratação (seja parcial ou total), de maneira a atender satisfatoriamente o Interesse Público, com vistas a aumentar o número de participantes e o aferimento de condições (eficiência e economicidade) que atendam o Interesse Público, sugere-se a vedação da subcontratação, seja parcial ou total, da solução adotada.

Como se vê, a subcontratação para o presente caso reflete uma situação não vantajosa para a Administração Pública, representa prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado e se demonstra inviável para a solução adotada.

Tal sugestão é razoável, necessária e adequada, tendo em vista que esta tem o condão de exatamente afastar a restrição à competição e, consequentemente, proporcionar maior eficiência e economicidade ao ato.

## Da Possibilidade de participação de Consórcio

A participação, ou vedação, de empresas em regime de consórcio no procedimento licitatório está no âmbito discricionário do Administrador, conforme se depreende do *caput* do art. 15 da Lei nº 14.133/2022, a quem cabe avaliar a conveniência e a oportunidade em torno da admissão ou não de consórcios, em face do vulto e/ou complexidade técnica do objeto do certame.

No entendimento da Egrégia Corte de Contas da União:

“*Acórdão 1711/2017-Plenário: A decisão da Administração de permitir a participação de empresas sob a forma de consórcio nas licitações deve ser devidamente motivada e não deve implicar a proibição da participação de empresas que, individualmente, possam cumprir o objeto a ser contratado, sob pena de restrição à competitividade”.*

Há hipóteses em que as circunstâncias de mercado ou a complexidade do objeto torna problemática a competição. Isso se passa quando grande quantidade de empresas, isoladamente, não dispuser de condições para participar da licitação – o que não é o caso concreto.

Temos que, conforme linhas anteriores, o presente procedimento tem como objeto a contratação de serviço comum, que é de técnica usual para o mercado, o que está em perfeita harmonia com o entendimento acima posto.

Vide, ainda, que a possibilidade de aglutinação de empresas em regime de consórcio acarretaria no efeito de que a competitividade, neste caso, viria a diminuir e, ato contínuo, impossibilitaria a Administração a auferir condições mais vantajosas para a pretensa contratação.

Cabe ressaltar que é notória a participação de empresas de pequeno e médio porte, as quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico financeira, suscitando condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.

A ausência de participação de empresas em regime de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de

consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.

Endossando o parágrafo anterior, esse é o entendimento do TCU:

GRUPO II - CLASSE VII – Plenário TC 029.420/2015-6

REPRESENTAÇÃO. SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO. COMPROVAÇÃO FÁTICA DE AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À COMPETITIVIDADE E DE VANTAJOSIDADE ECONÔMICA. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE. IMPROCEDÊNCIA.

1. **A participação de empresas em consórcio não implica necessariamente incremento de competitividade, podendo, eventualmente, ter o efeito oposto, limitando a concorrência devido à diminuição do número de empresas de porte interessadas por integrarem um mesmo consórcio** (Acórdãos 1.072/2005, 1.591/2005, 1.417/2008 e 1.165/2012, do Plenário, e
2. 813/2004 e 4.206/2014, da Primeira Câmara). (grifamos)

Então, neste caso, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes e ao aferimento de condições (economicidade e eficiência) que atendam o interesse público, **veda a participação de empresas constituídas na forma de consórcio.**

Tal decisão é razoável, necessária e adequada, tendo em vista que esta tem o condão de exatamente afastar a restrição à competição e, consequentemente, proporcionar maior eficiência e economicidade ao ato.

## Possibilidade de participação de Cooperativa

Em que pese o entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União, Enunciado Súmula nº 281, de acordo com a qual é vedada a participação de cooperativas em certame licitatório quando houver necessidade de subordinação de mão de obra, verifica-se que tal entendimento não é aplicável ao presente caso.

Isso porque, levando em conta que o objeto do presente procedimento licitatório gira em torno da contratação de empresa de locação de veículos sem mão de obra, não resta caracterizada situação de subordinação, o que afasta a vedação da Corte de Contas.

Ademais, a possibilidade de participação de cooperativa em certame licitatório é matéria de ordem legal e sua vedação, fora dos parâmetros estipulados pelo enunciado nº 281, configuraria violação ao disposto no §2º do art. 10 da Lei nº 12.690/12, que dispõe:

*“Art. 10. A Cooperativa de Trabalho poderá adotar por objeto social qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, desde que previsto no seu Estatuto Social.*

*§ 1º [...]*

***§ 2º A Cooperativa de Trabalho não poderá ser impedida de participar de procedimentos de licitação pública que tenham por escopo os mesmos serviços, operações e atividades previstas em seu objeto social.”*** *(grifo nosso)*

Assim, verificamos que não há óbice à participação de cooperativas no presente certame licitatório.

## Seleção do fornecedor

## Forma de Seleção

1. Da instrumentalização do procedimento

Sugere-se a seleção do fornecedor através de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, visto que se trata de serviço comum.

1. Do processamento do procedimento – adoção do Sistema de Registro de Preços

De início, fundamenta-se a decisão pelo uso do Sistema de Registro de Preços com fulcro no art. 40 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que convém, a contratação dos serviços de acordo com as efetivas demandas, observando a necessidade de contratações frequentes e a disponibilidade orçamentária.

O Sistema de Registro de Preços é um forte aliado dos princípios da eficiência, da economicidade e da padronização, por ser um procedimento que resulta em vantagens à Administração, como a desburocratização das contratações e a racionalização da quantidade de licitações.

Cabe incluir que, instituindo o Sistema de Registro de Preço, não quer dizer que a Administração está se eximindo do dever de realização do certame licitatório, na realidade, os resultados de uma única licitação poderão ser utilizados para tantas contratações quantas forem necessárias (respeitados os limites previamente determinados no ato convocatório).

O Sistema de Registro de Preços, contextualizando a douta lição do professor Marçal Justen Filho, “*apresenta diversas virtudes, propiciando a redução de formalidades e a obtenção de ganhos econômicos para a Administração Pública ”.*

Tal procedimento possui características vantajosas para esta Pasta: não obriga a Administração a promover às contratações dos serviços, contudo, condiciona o licitante vencedor ao compromisso de manter a proposta por determinado lapso temporal, salvo ocorrência de fatos supervenientes e comprovadas alterações dos custos dos insumos.

Além disso, o Sistema de Registro de Preços oferece uma solução para o atendimento de necessidades variáveis, pois, como é o presente caso, a prestação dos serviços envolve quantidades ou períodos de tempo que variam segundo as circunstâncias.

Desta forma, concluímos que o Sistema de Registro de Preços é a solução viável, tendo em vista:

1. **Contratações frequentes/recorrentes dos mesmos serviços**, caracterizando a necessidade contínua e comum de suas contratações, tendo em vista, também, que neste cenário não é possível mensurar previamente o quantitativo total a ser fornecido do produto ao longo do exercício financeiro, de

forma a não permitir a realização de contratação convencional, o que ocasionaria riscos ao Erário; e

1. **Possibilidade** de obtenção de indicadores de qualidade, desempenho, disponibilidade, utilização de recursos e custos de forma mais ágil e exata, permitindo melhor planejamento, tomadas de decisão e ações rápidas;
2. ​Do critério de julgamento

De início, insta-se que a possibilidade parcelamento, ou não, do objeto da licitação deve ser auferida sempre no caso concreto, essencialmente, deve a Administração prezar acerca da viabilidade técnica e econômica do parcelamento e da divisibilidade do objeto, de conformidade com o pronunciado pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº 732/2008.

Nos termos do inciso II do art. 47 da Lei 14.133/2021, a opção pelo critério de julgamento por item é obrigatória e deve ser aplicada sempre que se comprovar técnica e economicamente viável a sua adoção, a fim de ampliar a competitividade sem perda da economia de escala.

Na presente hipótese, pela diversidade de modelos de veículos ora demandados e ante a pluralidade de fornecedores disponíveis no mercado de locação, torna-se economicamente mais vantajoso o parcelamento do objeto, porquanto pode atrair um maior número de interessados, resultando em melhores preços para a Administração.

Ademais, os itens do presente certame abrangem gêneros de veículos automotores de categorias diferentes, motivo pelo qual a reunião, em lotes, de veículos com especificações distintas, implicaria em restrição à competitividade do certame.

Pelo exposto, a opção por realizar a licitação por item decorre de aspectos técnico- econômicos, com vistas a melhor atender o Interesse Público, com eficiência e racionalidade dos gastos.

## Âmbito da Licitação

A licitação se dará em âmbito Nacional, considerando a natureza do objeto e as condições de contratação. Ainda, soma-se a isso o fato de que existe competitividade no mercado pátrio, momento em que o Município tem a oportunidade de atuar indiretamente na criação de empregos, desenvolvimento de empresas e de regiões.

## 16.7.3 Qualificação Técnica

O licitante vencedor deverá apresentar, como comprovação da capacidade técnica, atestados que permitem auferir sua aptidão pertinente e compatível com o objeto da licitação.

A exigência da demonstração da qualificação técnica tem seu fundamento no princípio da eficiência, consagrado no Art. 37 da Carta Magna da República. Neste sentido, o professor Marçal Justen Filho leciona:

*“A proposta deverá ser avaliada segundo os critérios de aceitabilidade determinados na lei e no edital. Esses critérios envolvem inclusive o padrão mínimo de qualidade aceitável. A administração não pode aceitar um objeto destituído da qualidade mínima necessária a satisfazer as necessidades a que se destina. O interesse em obter a proposta mais vantajosa não autoriza a administração a ignorar a qualidade mínima aceitável.” (Justem Filho, Marçal. Curso de Direito Administrativo, 9ª Ed. Ver., atual e ampl -São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2013, pag. 510).*

A exigência está balizada nas instruções preconizadas na letra do art. 67 da Lei n° 14.133/2021 e em consonância com o entendimento exarado pela jurisprudência do Colendo Tribunal de Contas da União, no Acórdão 1.046/2014, dizendo que:

*''No tocante ao receio expressado pelo CFC de que a falta de avaliação técnica das propostas poderia levar empresas sem capacitação a assumir a execução do objeto, partilho do entendimento da unidade técnica no sentido de que isso seria evitado com a definição, no termo de referência do pregão, dos padrões/especificações exigidos para a garantia de qualidade do serviço. Ademais, no pregão, a capacidade técnica não é ignorada, sendo sua análise tão somente transferida para momento posterior (fase de habilitação)''.*

Ora, as exigências de qualificação técnica compatíveis com o objeto da licitação, cabe dizer, não caracterizam qualquer prejuízo ao caráter competitivo do certame. Também o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou sobre o tema no julgamento do REsp nº 1.257.886/PE, 2ª T., rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. em 03.11.2011, DJe de 11.11.2011):

*"4. Não fere a igualdade entre os licitantes, nem tampouco a ampla competitividade entre eles, o condicionamento editalícios referente a experiência prévia dos concorrentes no âmbito do objeto licitado, a pretexto de demonstração de qualificação técnica (...)*

*5. Os princípios da igualdade entre os concorrentes e da ampla competitividade não são absolutos, devendo ser ponderados com outros princípios próprios do campo das licitações, entre eles o da garantia da seleção da melhor proposta e o da segurança do serviço/produto licitado". (...)*

Temos justificado tal exigência tendo em vista a conjugação deste aos princípios norteadores da licitação; visto que, ainda, há previsão legal para tanto e, sendo essa alinhada à jurisprudência, nesses termos, percentuais e condições, tal imposição é:

1. **adequada** (a prévia experiência em atividades congêneres ou similares ao objeto licitado é medida que faz presumir, como meio a qualificação técnica o fim visado);
2. **necessária** (a prévia experiência em atividades congêneres ou similares ao objeto licitado é medida de fácil demonstração, autorizando a sumarização das exigências legais);
3. **proporcional** em sentido estrito (facilita a escolha da Administração Pública, porque nivela os competidores, uma vez que parte de uma qualificação mínima, permitindo, inclusive, o destaque objetivo das propostas mais vantajosas).

## Qualificação Econômico-Financeira

Utilizando a [IN SLTI nº 6/2013](http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/anexoDownload.asp?ctaCod=26) como parâmetro de pesquisa e consulta, e observando o Acórdão TCU Nº 1.214/2013 Plenário, indicamos como critério para avaliação de qualificação econômico-financeira, nos termos estabelecidos no artigo 69 da Lei 14.133/2021, os seguintes:

1. certidões negativas de falências e recuperação judicial e extrajudicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.
2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, desde que já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo Termo de Abertura e Encerramento do livro contábil, que comprovem a boa situação financeira da empresa. Quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta, admitir-se-á atualização de valores, por índices oficiais, sendo vedada a substituição das demonstrações financeiras por balancetes ou balanços provisórios. O licitante deverá comprovar que dispõe dos índices econômico financeiros mínimos previstos a seguir:
   1. Índice de Liquidez Geral: somente será qualificado o Licitante que obtiver Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior do que 1, apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

ILG = ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO > OU = 1

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

* 1. Índice de Liquidez Corrente: somente será qualificado o Licitante que obtiver Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior do que 1, apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

ILC = ATIVO CIRCULANTE > OU = 1

PASSIVO CIRCULANTE

* 1. comprovação de ser dotado de capital social ou patrimônio líquido mínimo igual ou superior ao correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação, exigida somente se o licitante apresentar resultado inferior a 1 (um), nos índices de liquidez geral e índice de liquidez corrente.

Os índices contábeis, calculados pelo licitante para fins de atendimento do dispositivo acima, deverão ser confirmados pelo responsável da contabilidade do licitante, que deverá apor sua assinatura no documento de cálculo e indicar, de forma destacada, seu nome e número de registro no Conselho Regional de Contabilidade.

Tal exigência fora instituída considerando a vultuosidade econômica e material do procedimento. Assim, há a necessidade da exigência da apresentação de documentos destinados a comprovar a boa situação financeira do interessado que almeja contratar com o Município de Niterói.

Ainda, em atenção ao impacto econômico da contratação, o instrumento possibilita a Administração aferir, em face dos dados neles constantes, a

capacidade econômica dos licitantes para suportar os ônus inerentes à contratação, prezando pelo bom prosseguimento da relação contratual, na forma indicada na letra da Lei 14.133/2021, notadamente no artigo 69.

O objetivo, portanto, é prevenir a Administração Pública para que interessados sem quaisquer responsabilidades ou respaldo financeiro, pudessem vir a vencer o certame e, durante a execução da obrigação contratada, não apresentasse capacidade para concluir o objeto da obrigação.

Dito isso, para que os serviços sejam adequados aos anseios do Interesse Público, os licitantes deverão estar aptos na sua capacitação econômico- financeira para a execução do Contrato, com o intuito de garantir a qualidade e continuidade dos serviços prestados.

Logo, o atendimento aos índices estabelecidos no Edital demonstrará uma situação equilibrada da licitante. Caso contrário, o desatendimento dos índices revelará uma situação deficitária da empresa, colocando em risco a execução do contrato.

Ainda, os índices escolhidos são democráticos, na medida em que estabelecem uma margem de segurança para a contratação, não se caracterizando uma exigência desarrazoada ou expressivamente ilegal.

Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69 da Lei 14.133/2021, pois permitem a comprovação da situação financeira da empresa de forma objetiva e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis. Alinhada à jurisprudência, tal exigência é adequada, necessária e proporcional.

## Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Considerando a natureza do objeto e as condições da contratação, não é necessária a promoção de contratação correlata com vistas a satisfazer o objeto.

## Capacitação de pessoal

Considerando a natureza do objeto e as condições da contratação, não é necessário a Contratada promover a capacitação de pessoal da Contratante.

1. **DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

O presente estudo levantou os elementos essenciais que irão compor o Termo de Referência e demonstrou ser viável a contratação demandada, condicionada à implementação das providências discriminadas ao longo deste documento, cabendo ressaltar que os riscos envolvidos são administráveis e os custos previstos são compatíveis e se caracterizam pela economicidade.

Sobre o modelo de contratação mais adequado, podemos avaliar os benefícios da escolha pelo Sistema de Registro de Preços, com base nas seguintes perspectivas:

**Aumento do Poder de Barganha** que se verifica quando o comprador consegue utilizar sua capacidade de negociação para obter ofertas melhores junto ao mercado. No caso do Município de Niterói, isso se verifica quando, por exemplo, há grande competição nos Pregões Eletrônicos. Aumentar o poder de barganha significa estimular a competição nos certames e isso pode trazer benefícios significativos em termos de preço e qualidade dos produtos e serviços adquiridos.

**Obtenção de Economias de Escala** que ocorrem quando uma empresa consegue fechar a venda, ou uma promessa de venda, numa quantidade significativa que garanta uma remuneração maior, mas com a mesma base de custos fixos. Quando isso ocorre, uma empresa consegue vender a preços menores, pois a relação receita vs. custos fica mais positiva, i.e., consegue atingir um mesmo percentual de lucro com vendas a um preço menor. Nesse sentido, ao ofertar uma oportunidade de vendas maiores, a centralização pode incentivar as empresas a venderem por um preço inferior aos preços homologados nas compras descentralizadas.

**Redução dos Custos de Transação** que se verifica quando atividades paralelas que possuem um objetivo semelhante são racionalizadas e executadas por um único grupo especializado. Essa racionalização permite que as pessoas tenham tempo para desempenhar outras atividades e reduz diretamente os custos com pessoal, suprimentos, e energia, relacionados com a aquisição tanto do lado dos compradores públicos quanto do lado das empresas licitantes.

1. **RESPONSÁVEL**

## Daniel Abrahão Amor Divino Guarda Civil Municipal de Niterói

## Matrícula 1244.625-0

Niterói, 20 de setembro de 2024.

**MAPA DE RISCOS**

|  |  |
| --- | --- |
| **IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE CONTRATAÇÃO** | |
| A presente demanda visa à contratação de um serviço de locação de veículos para a Prefeitura de Niterói, especificamente para a Secretaria Municipal de Ordem Pública, como parte integrante de um amplo esforço para combater problemas de ordem e segurança pública na cidade.  A locação de veículos para essa finalidade é justificada pela necessidade de mobilidade ágil e estratégica das equipes de pronto atendimento e resposta designadas pelo Centro Integrado de Segurança Pública (CISP). Para garantir uma resposta eficiente e imediata a esses incidentes, é essencial que a Secretaria Municipal de Ordem Pública tenha acesso rápido e confiável a uma frota de veículos. | |
| **FASE DE ANÁLISE** | |
| X | Planejamento da Contratação |
|  | Gestão do Contrato |

**MAPA DE IMPACTO**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **IMPACTO** | **DETALHAMENTO** | **BAIXO** | **MÉDIO** | **ALTO** |
| RISCO 01 | Quantitativos em excesso ou em quantidade insuficiente |  |  |  |
| RISCO 02 | Atraso no processo administrativo de contratação |  |  |  |
| RISCO 03 | Licitação Deserta ou Fracassada |  |  |  |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| RISCO 04 | Atraso ou suspensão no processo licitatório em face de impugnações |  |  |  |
| RISCO 05 | Contratação de Empresa que não tenha capacidade de executar o Contrato |  |  |  |
| RISCO 06 | Não apresentação de veículos ou apresentação em condições inadequadas de uso |  |  |  |
| RISCO 07 | Não realização de manutenção periódica do veículo |  |  |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **RISCO 01** | | | | | | | | |
| Quantitativos em excesso ou em quantidade insuficiente | | | | | | | | |
| **Probabilidade:** | | X | Baixa |  | Média | |  | Alta |
| **Impacto:** | |  | Baixo | X | Médio | |  | Alto |
| **Id** | **Dano** | | | | | | | |
| **1.** | Prejuízo ao erário | | | | | | | |
| **Id** | **Ação Preventiva** | | | | | **Responsável** | | |
| **1.** | Elaboração do termo de referência e Especificações técnicas adequadas; | | | | | Demandante em conjunto com a Equipe de Planejamento da Contratação. | | |
| **Id** | **Ação de Contingência** | | | | | **Responsável** | | |
| **1.** | Atentar-se para as demandas, respeitando o estabelecido em ETP. | | | | | Demandante em conjuntos com Equipe de Planejamento da Contratação | | |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **RISCO 02** | | | | | | | | |
| Atraso no processo administrativo de contratação | | | | | | | | |
| **Probabilidade:** | |  | Baixa | X | Média | |  | Alta |
| **Impacto:** | |  | Baixo |  | Médio | | X | Alto |
| **Id** | **Dano** | | | | | | | |
| **1.** | Término dos contratos vigentes e falta de viaturas | | | | | | | |
| **2.** | Dificuldade de locomoção dos agentes, prejuízo na execução da função da Guarda e da SEOP | | | | | | | |
| **Id** | **Ação Preventiva** | | | | | **Responsável** | | |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **1.** | Inserir documentos com informações precisas, com base nas legislações vigentes. Assegurar precisão quando da análise das cotações, planilhas e construção dos documentos cabíveis a instrução processual, prezando pela eficiência. | Todos os órgãos e entes envolvidos no processo de Licitação |
| **Id** | **Ação de Contingência** | **Responsável** |
| **1.** | Mitigação e eliminação das causas que obstruem o processo licitatório | Equipe de Planejamento da Contratação |
| **2.** | Fornecer esclarecimentos necessários durante a sessão externa nos termos da lei quando o erro for sanável | Todos os órgãos e entes envolvidos no processo de Licitação |
| **3.** | Corrigir em tempo qualquer deficiência processual | Equipe de Planejamento da Contratação |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **RISCO 03** | | | | | | | | |
| Licitação Deserta ou Fracassada | | | | | | | | |
| **Probabilidade:** | |  | Baixa | X | Média | |  | Alta |
| **Impacto:** | |  | Baixo |  | Médio | | X | Alto |
| **Id** | **Dano** | | | | | | | |
| **1.** | Preços acima dos praticados no mercado | | | | | | | |
| **Id** | **Ação Preventiva** | | | | | **Responsável** | | |
| **1.** | Realizar pesquisa de mercado conforme legislação, em especial o Decreto Municipal 14708/2023. | | | | | Equipe de Planejamento da Contratação | | |
| **2.** | Utilizar de boas práticas de contratações | | | | | Equipe de Planejamento da Contratação | | |
| **Id** | **Ação de Contingência** | | | | | **Responsável** | | |
| **1.** | Entender a razão, elaborar a correção e realizar uma nova licitação o mais breve possível | | | | | Equipe de Planejamento da Contratação | | |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **RISCO 04** | | | | | | | |
| Atraso ou suspensão no processo licitatório em face de impugnações | | | | | | | |
| **Probabilidade:** | | X | Baixa |  | Média |  | Alta |
| **Impacto:** | |  | Baixo | X | Médio |  | Alto |
| **Id** | **Dano** | | | | | | |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **1.** | Possibilidade de período sem viaturas, impactando negativamente na execução da função da Guarda e da SEOP | |
| **Id** | **Ação Preventiva** | **Responsável** |
| **1.** | Responder as impugnações de forma clara e eficiente | Equipe de  Planejamento da Contratação |
| **2.** | Utilizar check lists para evitar a ausência de informações que comprometam o andamento do processo | Equipe de  Planejamento da Contratação |
| **3.** | Estrita observância às recomendações da área jurídica do órgão/entidade | Equipe de  Planejamento da Contratação |
| **Id** | **Ação de Contingência** | **Responsável** |
| **1.** | Realocar força de trabalho para priorização do processo | Equipe de  Planejamento da Contratação |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **RISCO 05** | | | | | | | | |
| Contratação de Empresa que não tenha capacidade de executar o Contrato | | | | | | | | |
| **Probabilidade:** | | X | Baixa |  | Média | |  | Alta |
| **Impacto:** | |  | Baixo | X | Médio | |  | Alto |
| **Id** | **Dano** | | | | | | | |
| **1.** | Atraso na contratação | | | | | | | |
| **Id** | **Ação Preventiva** | | | | | **Responsável** | | |
| **1.** | Exigir em edital documentos que comprovem a saúde financeira da empresa | | | | | Equipe de Planejamento da Contratação | | |
| **2.** | Criteriosa análise dos documentos de habilitação das licitantes | | | | | Pregoeiro | | |
| **Id** | **Ação de Contingência** | | | | | **Responsável** | | |
| **1.** | Notificações tempestivas à contratada | | | | | Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato | | |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **RISCO 06** | | | | | | | |
| Não apresentação de veículos ou apresentação em condições inadequadas de uso | | | | | | | |
| **Probabilidade:** | |  | Baixa | X | Média |  | Alta |
| **Impacto:** | |  | Baixo |  | Médio | X | Alto |
| **Id** | **Dano** | | | | | | |
| **1.** | Indisponibilidade do bem | | | | | | |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Id** | **Ação Preventiva** | **Responsável** |
| **1.** | Estabelecer de forma detalhada os requisitos necessários para as condições de uso | Demandante |
| **Id** | **Ação de Contingência** | **Responsável** |
| **1.** | Verificar, informar a empresa e cobrar aquilo estabelecido no Contrato e Termo de Referência. | Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **RISCO 07** | | | | | | | | |
| Não realização de manutenção periódica do veículo | | | | | | | | |
| **Probabilidade:** | |  | Baixa | X | Média | |  | Alta |
| **Impacto:** | |  | Baixo | X | Médio | |  | Alto |
| **Id** | **Dano** | | | | | | | |
| **1.** | Indisponibilidade do bem | | | | | | | |
| **Id** | **Ação Preventiva** | | | | | **Responsável** | | |
| **1.** | Descrever as obrigações da Contratada de forma detalhada no Termo de Referência e Contrato, | | | | | Equipe de Gestão do Contrato | | |
| **Id** | **Ação de Contingência** | | | | | **Responsável** | | |
| **1.** | Aplicar punição | | | | | Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato | | |
| **2.** | Notificações tempestivas à contratada | | | | | Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato | | |

Niterói, 12 de Abril de 2024.

## Daniel Abrahão Amor Divino Julia Rafaella Edilena Burton Furtado Guarda Civil Municipal de Niterói Assessora

## Matrícula 1244.625-0 Matrícula 1245.994-0